

ATA DA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2023 DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, reuniu-se de forma presencial o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do **MAGNÍFICO REITOR**, Professor Doutor **ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES**, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Aasha Hafa Macêdo Ferreira, Anderson de Souza Sant'Ana, Anna Christina Bentes da Silva, Ariovaldo José da Silva, Arlindo Alemão Gregório, Bruno Gomes Ximenes, Célio Hiratuka, Cesar José Bonjuani Pagan, Claudio Francisco Tormena, Cláudio José Servato, Claudio Saddy Rodrigues Coy, Daniella Yamada Baragatti, Dirceu Noriler, Eduardo Gurgel do Amaral, Elaine Cristina de Ataíde, Elaine dos Santos José, Emilson Pereira Leite, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Flavio Henrique Baggio Aguiar, Francisco da Fonseca Rodrigues, Francisco Hideo Aoki, Hernandes Faustino de Carvalho, Hugo Henrique Hernández Figueroa, Ivan Felizardo Contrera Toro, Joana Fróes Bragança Bastos, João Marcos Travassos Romano, José Luis Pio Romera, Josely Rimoli, Juliana Freitag Borin, Leandro Aparecido Villas, Luiz Seabra Junior, Marcelo Alves da Silva Mori, Márcio Alberto Torsoni, Maria Luiza Moretti, Matheus Alves Albino, Matheus da Silva Marcheti Martins, Michel Nicolau Netto, Mônica Alonso Cotta, Muriel de Oliveira Gavira, Nelson Filice de Barros, Noel dos Santos Carvalho, Odilon José Roble, Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho, Petrilson Alan Pinheiro da Silva, Rachel Meneguello, Rafael Silva Marconato, Renê José Trentin Silveira, Ricardo Miranda Martins, Roberta Cunha Matheus Rodrigues, Rodolfo Jardim de Azevedo, Rodrigo Gonçalves Pagnano, Samuel Rocha de Oliveira, Sandro Dias, Verónica Andrea González-López e Wagner de Melo Romão. Como convidados especiais, compareceram os professores: Maria Silvia Viccari Gatti e Paulo César Montagner; a doutora Ana Carolina de Moura Delfim Maciel; a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; os senhores Eduardo Favarão Gemis, Fernandy Ewerardy de Souza, Juliano Henrique Davoli Finelli e Maria Aparecida Quina de Souza; e a acadêmica Patrícia Kawaguchi César. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Rodrigo Ramos Catharino; Priscila Gava Mazzola; Arnaldo César da Silva Walter; Katia Lucchesi Cavalca Dedini; Andréia Galvão, sendo substituída pelo conselheiro Michel Nicolau Netto; Marcio Antonio Cataia, sendo substituído pelo conselheiro Emilson Pereira Leite; Leonardo Lorenzo Bravo Roger; Simone Appenzeller; Silvia Cristina Franco Amaral, sendo substituída pelo conselheiro Nelson Filice de Barros; Daniel Martins de Souza; José Antônio Rocha Gontijo; André Kaysel Velasco e Cruz, sendo substituído pelo conselheiro Rodrigo Gonçalves Pagnano; Marisa Masumi Beppu, sendo substituída pelo conselheiro Noel dos Santos Carvalho; Renan Dias Oliveira; Ângelo Roberto Biasi; Eliana da Silva Souza, sendo substituída pela conselheira Daniella Yamada Baragatti; e Ignacio Maria Poveda Velasco. Havendo número legal, o **MAGNÍFICO REITOR** dá início à Segunda Sessão Extraordinária do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, realizada de forma presencial. Trata-se de uma sessão extraordinária do Conselho Universitário, tendo sido convocada graças à solicitação de mais de um terço de seus membros. O assunto foi incluído

no Expediente, e observa que, em geral, vai seguir os três minutos de tempo de fala para cada conselheiro, mas será um pouco mais generoso com a discussão. Não usarão o procedimento de inscrição no livro, vai abrir a palavra e as pessoas vão se inscrevendo. Lembra que, face ao sistema desenvolvido pela Secretaria Geral, os conselheiros devem fazer *login* no *site* da SG e acessem o menu Consu - Sessões para fins de assinatura da lista de presença. Quando os conselheiros estiverem logados, todos os cadeados dos documentos ficarão abertos. Dá as boas-vindas ao professor doutor Célio Hiratuka, novo diretor do Instituto de Economia, e à professora Rosângela Ballini, diretora associada, cujos mandatos se iniciaram em 5 de outubro de 2023 e vão até o dia 4 de outubro de 2027. Em seguida, passa à leitura do ofício de convocação desta Sessão, dirigido à sua pessoa, presidente do Conselho Universitário: “Venho pelo presente encaminhar em anexo a solicitação de convocação de sessão extraordinária do Conselho Universitário da Unicamp. Segue abaixo a relação de conselheiros solicitantes. Na forma de assinaturas eletrônicas assinaram a presente convocação: Arlindo Alemão Gregório, Marisa Masumi Beppu, Marcelo Alves da Silva Mori, José Antonio Rocha Gontijo, Muriel de Oliveira Gavira, Juliana Fraitag Borin, Daniel Martins de Souza, Simone Appenzeller, Rodolfo Jardim de Azevedo; e as assinaturas manuscritas: Matheus da Silva Marcheti Martins, Adilton Dorival Leite, Cláudio José Servato, José Luis Pio Romera, Bruno Gonçalves Ximenes, Elaine dos Santos José, Rafael Silva Marconato, Adilce Joelma Veiga Ferraz, Aasha Hafa Macêdo Ferreira, Rafael de Jesus Soudre, Matheus Alves Albino, Renan Dias Oliveira, Ângelo Roberto Biasi, Maiane Junqueira Teixeira Neto, Wagner de Melo Romão, Samuel Rocha de Oliveira, Ricardo Miranda Martins, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto e Ellen Alves Menezes”, compondo 28 pessoas, portanto mais de um terço do Conselho Universitário. Em seguida, abre a palavra aos conselheiros. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que é conselheiro e também diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp, e decidiram convocar este Conselho Universitário Extraordinário em função da falta de negociação por parte da Reitoria com o movimento de greve que se iniciou em 28 de agosto de 2023 contra a implantação do ponto eletrônico. Na opinião do sindicato, o ponto eletrônico é um atraso do ponto de vista da medida de frequência dentro da Universidade. Ontem mesmo o Ministro do Trabalho, Luis Marinho, defendeu no Congresso Nacional a semana de quatro dias de trabalho. Estão voltando ao século XIX aqui na Unicamp nesse debate, à época em que começou a medição e a industrialização com máquina a vapor, com a jornada de trabalho de 14 horas etc. Acha que esse é um debate no qual a Universidade não deveria ter entrado, até porque se ela é a segunda melhor da América Latina agora pelos *rankings* independente de ter ponto eletrônico, não deveria ter entrado nessa absurda imposição ou solicitação do Ministério Público, deveria ter feito debate e não implantado o ponto eletrônico. Quando falavam sobre Conselho Universitário Extraordinário, o Reitor dizia que não tinha Expediente, só Ordem do Dia, e estranharam porque na convocação deste Consu Extraordinário foi solicitada Ordem do Dia e ele veio como Expediente. Mesmo assim, tanto o comando de greve como a assembleia decidiram que viessem aqui e produzissem debate, buscando o diálogo. Sempre buscaram o diálogo e a negociação nesse ponto. Protocolaram a pauta específica em 20 de junho, ela possui uma série de itens,

1 como o abono de R\$10 mil, o auxílio-saúde, o teletrabalho, *home office*, condições de trabalho,
2 novas contratações, fim da terceirização e a não implantação do ponto eletrônico. Inclusive, a
3 assembleia se mantém nessa posição pela não implantação, por isso vem aqui pedir a suspensão
4 da implantação do ponto eletrônico e abertura imediata das negociações. A posição do sindicato
5 é de suspensão por seis meses, que está prevista no próprio TAC, e que se abra a negociação
6 entre o movimento e a Reitoria. Fizeram uma manifestação contra a privatização do metrô da
7 CPTM e da Sabesp no dia 3, e com o lamentável episódio do docente que fez uma tentativa de
8 homicídio a um estudante negro da Universidade, unificaram a pauta com os estudantes. Eles
9 têm uma pauta também específica e que inclui a não implantação do ponto eletrônico; nesse
10 sentido, solicita aos conselheiros que pressionem a Reitoria no sentido da abertura de
11 negociação e atendimento da pauta do sindicato, revisando o TAC. O Conselheiro RICARDO
12 MIRANDA MARTINS diz que sua fala não vai ser sobre o item principal em discussão hoje.
13 O prédio do Imecc está ocupado, não sabe se a comunidade está 100% ciente disso, mas
14 aproximadamente 100 pessoas estão vivendo e dormindo no prédio, com barracas, colchões e
15 tudo o mais. Até uma cozinha foi montada na copa do Instituto. A ocupação foi decidida
16 inicialmente em assembleia estudantil que foi chamada após os eventos do dia 03.10
17 envolvendo o professor Rafael Leão. Durante a ocupação, atividades como atos, assembleias,
18 palestras, oficinas de produção de materiais relacionados à greve acontecem durante dia e noite,
19 incluindo fins de semana. Muitos são membros da comunidade estudantil do Instituto, mas não
20 consegue dizer sobre todos. A situação atual é que não possuem controle sobre o prédio, as
21 atividades, seu funcionamento, o prédio está com a porta aberta; informa isso oficialmente à
22 comunidade da Unicamp pois tem responsabilidade para com o espaço físico do Imecc. Está
23 deixando claro que, no momento, não consegue exercer nenhum controle sobre isso. Grande
24 parte dos funcionários e docentes não se sente à vontade para estar naquele ambiente, porque é
25 um ambiente que tem barulho, acontecem assembleias, e a palavra mais gentil que ouviu sobre
26 isso é que é insalubre. A Reitoria está acompanhando o caso, principalmente por meio da chefia
27 de Gabinete, assessores do Reitor, professor Ivan, a quem agradece bastante pelas conversas,
28 pelo apoio. A diretoria do Imecc atuou desde o primeiro momento com o objetivo de manter
29 aberto diálogo, inicialmente com o centro acadêmico e depois com o comitê de ocupação. A
30 ideia era tentar manter um pouco do controle que tinham da situação e também tentar preservar
31 o funcionamento de parte de atividades do Instituto. Porque apesar de uma greve estudantil ter
32 sido convocada, outras atividades acontecem no Instituto, e elas não estão podendo acontecer
33 por conta da ocupação, e por conta da recusa, justificada, dos funcionários de ficar naquele
34 ambiente. Ontem aconteceu um fato um pouco mais complicado: as portas laterais de acesso ao
35 prédio foram bloqueadas, que era uma coisa que o comitê de ocupação disse que não iria
36 acontecer. No começo do dia, uma pessoa com rosto tampado estava na porta do prédio, e as
37 pessoas se sentiram intimidadas a entrar no prédio. Um dos seguranças foi de fato impedido de
38 entrar no prédio, sob o argumento de que ninguém da vigilância era bem-vindo ali. A diretoria
39 está instruindo as pessoas a nunca se envolverem em nenhum tipo de discussão. O segurança
40 entrou no prédio, entregou a chave, os controles que ele tinha que entregar, e foi liberado do

1 trabalho. Foi a única coisa que conseguiram fazer, e acha que foi uma medida acertada.
2 Confessa que não sabe exatamente se muitas das medidas que está tomando como diretor são
3 válidas legalmente, burocraticamente, mas está tentando fazer com que a coisa não se
4 transforme em um caos completo e generalizado. Acha que está tendo algum sucesso, mas
5 confessa que já começa a duvidar se é a melhor forma de tratar a situação. Diante da ideia de
6 que nem o segurança do prédio pode entrar, pergunta se ele deveria entrar no local. Em termos
7 dos itens de reivindicação apresentados pelo comitê local, pelo centro acadêmico do Imecc,
8 todos eles serão respondidos de forma institucional, estão trabalhando na resposta, e haverá
9 uma assembleia chamada pelo comitê local de ocupação hoje. Solicita aos alunos que, diante
10 dessa resposta, que vai ser positiva, todas as discussões necessárias para atendimentos dos itens
11 sejam realizadas dentro do ambiente acadêmico normal, de comissões, GTs e outros. Dessa
12 forma, solicita a desocupação do prédio, porque agora haverá negociação, os estudantes
13 apresentaram uma pauta e serão respondidos. O condicionante para que a pauta de fato seja
14 efetivada é o prédio desocupado, porque ele causa transtornos muito maiores do que uma
15 simples suspensão de aulas. Observa, no entanto, que a maioria dos itens da pauta apresentados,
16 para não falar todos, nunca foram apresentados oficialmente pelos canais institucionais. Então
17 nunca houve um representante de discente na congregação que tenha levantado a mão,
18 apresentado as reivindicações, que a congregação poderia ter negado e isso desencadearia um
19 movimento que gerasse uma ocupação do prédio. Mas isso nunca aconteceu. Então, o prédio
20 está sendo ocupado para gerar uma pauta que nunca foi apresentada, para daí ser discutida. A
21 Universidade tem o tempo dela, não conseguem fazer nada do dia para noite, conseguem
22 discutir, montar GT, montar comissão, pequenas coisas podem ser feitas. A pauta apresentada
23 é legítima, o que discutem é a metodologia de apresentação da pauta, que é a ocupação do
24 prédio. Entende que a ocupação do prédio foi motivada pelo que aconteceu no dia 3 de outubro,
25 e se a motivação foi essa, considera que o assunto foi muito bem resolvido pela Reitoria. O
26 Imecc, desde o primeiro momento, retirou o professor das suas disciplinas, fizeram isso sem
27 saber direito se podiam fazer, mas era o que achavam de bom senso. Depois disso, após
28 negociações com a Reitoria, foi aberta uma CPP em menos de 48 horas, o professor foi suspenso
29 de suas atividades por seis meses, então acha que esse assunto foi tratado tão bem quanto foi
30 possível. Foram ao máximo para tratar esse assunto, era a única coisa que dava para fazer e
31 fizeram. Então, em especial, os itens que podem ser resolvidos no âmbito do Imecc, na sua
32 opinião, não justificam a continuidade da ocupação do prédio após essa resposta da diretoria
33 que vai chegar para a entidade estudantil. Acha que é uma medida bem desproporcional à
34 demanda. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO diz que sente muito que a
35 Coordenadora Geral não esteja presente, pois trouxe algumas de suas falas das últimas reuniões
36 que são importantes de tratar aqui: “Desde que assumimos a nossa gestão, temos sofridos
37 ataques. Essas manifestações geram no outro sentimento. Toda vez que o sindicato e o DCE
38 tomam atitudes, isso gera na comunidade um ressentimento. Nós tivemos manifestações aqui
39 que eu não vou falar porque não foram comigo, mas que todos vocês aqui sabem como
40 professores que vieram trabalhar e foram agredidos. A Unicamp não é mais um lugar seguro”

(Maria Luiza Moretti, reunião da Cepe de 03.10). No mesmo dia, o que a comunidade externa viu foi a matéria “Professor da Unicamp é detido ao ameaçar com faca estudantes que fazem paralisação”. Mostra uma imagem de dois policiais conduzindo um professor com o rosto oculto, e a professora Maria Luiza também falou sobre isso na reunião da Cepe. Então, acha importante trazer também essa informação, porque isso não é coerente com alguém que conduz a Universidade. Se ela acha que a Unicamp não é um lugar seguro, não é ele quem tem a caneta da CGU na mão. Outra fala dela foi a seguinte: “Não ter aula hoje é um momento perdido que não volta mais. Esses estudantes que estão liderando uma paralisação nem sabem por que estão parados. São crianças, jovens, fáceis de serem iludidos pela política de outros” (Maria Luiza Moretti, reunião da Cepe). Traz também para ciência matéria do dia 1º de julho de 2016: “Professores da Unicamp suspendem a greve, mas mantêm a mobilização”. “Ocupação da Reitoria, os alunos são contra os cortes no orçamento e pedem aumento das moradias e cotas raciais”. Acha que esse tipo de discurso não condiz com alguém que quer conduzir a Universidade; deslegitimar o movimento dos alunos, deslegitimar o movimento dos funcionários não é uma boa saída. As matérias seguintes dizem: “Unicamp aprova cotas raciais e cria vestibular indígena”. No dia 5 de outubro, o Reitor diz: “Unicamp está formando gente com a cara do Brasil”. Então, eles mesmos reconhecem que a mobilização dos estudantes serviu para alguma coisa. Por último, traz uma fala sobre o que vieram discutir aqui: “Para algumas pessoas que são obrigadas a fazer o trabalho presencial, era significativo, pegavam caso, uma pessoa está na praia, outra está viajando, não sei onde, outra está bebendo no bar, isso virava uma dimensão imensa. Dinheiro entra, ele tem que ser bem usado” (Antonio José de Almeida Meireles, 183ª Sessão do Consu). Aqui traz também a deliberação da CAD que dispensa do ponto eletrônico alguns servidores, e a notícia do dia 9 de outubro: “MP apura denúncia de que médica deixaria de cumprir horário como assessora da Unicamp”. Não quer condenar ninguém por manchete, cada um que tire as próprias conclusões. O que acha é que quem disse que o recurso da bancada dos trabalhadores não cabia ao Conselho pleno, contrariando os próprios pareceres, acaba se beneficiando da norma como está. Quem tentou esfaquear um estudante acaba se beneficiando da norma como está. Quem votou nessa deliberação não vai ser controlado, a composição da CAD, por último, não contava com a composição estabelecida em lei, e fizeram essa correção na última reunião do Consu, quando ele trouxe uma proposta para alterar a composição das câmaras. Então entende que isso é um recurso cabível ao Conselho pleno. O MAGNÍFICO REITOR diz que, em relação a um aspecto da fala da professora Maria Luiza, tiveram a oportunidade aqui, não em uma reunião do Conselho Universitário, mas em uma reunião das bancadas, de ver um vídeo de um evento que aconteceu no Instituto de Artes, que foi bastante agressivo e no qual um professor sofreu bastante. Esse vídeo está disponível, não o tornaram público, mas de toda forma acha que as pessoas que o viram sabem bem o significado do que é ter algum receio em situações de conflito. Em relação ao caso da médica, é importante dizer que funcionários Paepe têm de cumprir 40 horas, eles não são dedicação exclusiva. Então a questão, no caso, é saber se pessoa cumpre ou não 40 horas. Ela pode ter outras atividades fora daqui, dentro de determinados limites, desde que ela cumpra horário. O

1 Ministério Público vai averiguar e a Universidade responderá, mas vários funcionários Paepe
2 têm outras atividades, porque não cumprem dedicação exclusiva à docência e à pesquisa. Então,
3 que fique claro para a comunidade que eventualmente estão levantando uma falsa denúncia.
4 Terá de ser averiguada, terá de ser considerada, mas isso pode fazer parte de um procedimento
5 que é bastante negativo para o futuro da comunidade. A Conselheira VERÓNICA ANDREA
6 GONZÁLEZ-LÓPEZ retoma a fala do professor Ricardo quanto à situação do Imecc. Como
7 docente do Instituto, em primeiro lugar agradece a ação rápida da Reitoria em relação a esse
8 triste evento, e também a ação sensível e cuidadosa do professor Ricardo. Houve um
9 acolhimento da congregação do Imecc para com esses estudantes que estão ocupando o prédio,
10 eles se prontificaram a ouvi-los na quinta-feira. Também agradece à ADunicamp pelo apoio
11 que ela está prestando aos docentes. Pensava que o movimento estudantil estava querendo
12 estabelecer um diálogo com os docentes, que se inicia com uma ação de ocupação, em princípio
13 aparentemente pacífica. Só que quando ouvem as palavras dos estudantes, por exemplo na
14 congregação da quinta-feira, eles falaram claramente que se incomodam que os professores
15 olhem para eles ocupando o pátio do Imecc, que eles se sentem intimidados com a presença dos
16 professores. Então não lhe parece uma estratégia adequada, se querem dialogar com um corpo
17 docente, que o olhar seja proibido, porque o olhar é parte da comunicação. Então convida os
18 conselheiros a fazerem essa reflexão junto com ela, que tipo de diálogo está sendo tentado ou
19 se pretende com uma atitude dessas. Enxerga que os diferentes atores estão fazendo o máximo
20 para atender os requerimentos, mas lhe parece que não é esse tipo de diálogo que levaria a
21 algum tipo de avanço, que precisam repensar o modo como dialogam com os estudantes, porque
22 volta a dizer aqui que não enxerga que haja um atrito entre o corpo docente e o corpo discente.
23 Acha que é também um evento pontual e que não vem dos seus estudantes, vem de outra fonte.
24 O Conselheiro FRANCISCO DA FONSECA RODRIGUES diz que está na Unicamp desde os
25 14 anos. Foi aluno do Colégio Técnico de Campinas, do curso de Processamento de Dados, que
26 este ano completa 50 anos de existência, viu esta Universidade crescer como aluno do curso de
27 Ciência da Computação, quando ainda era oferecido no Imecc, viu o prédio do Imecc ser
28 construído, quando ele ficou anos como um esqueleto, e até se dizia que o Cotuca ia mudar para
29 lá um dia, mas não era verdade. Começou a dar aula no Cotuca com 18 anos, estava no segundo
30 ano de graduação, e viu esta Universidade passar por muitas situações, algumas muito piores
31 do que veem hoje. Apanhou de um aluno já, quando estava no começo da sua carreira, o aluno
32 foi reprovado e resolveu bater nele e no diretor da escola na época, e nenhum deles reagiu.
33 Deixou ele bater, e falava para ele que ele só estava se prejudicando. Isso não quer dizer que
34 seja um exemplo para ninguém, ou um exemplo de equilíbrio, porque sabe que não é, mas pede
35 às pessoas que distensionem, que busquem aquilo que traz convergências, e não somente aquilo
36 que traz divergências. A Universidade tem passado por momentos em que ela está sob o olhar
37 da sociedade, e muitos contrários a ela como universidade pública. Então exorta a todos,
38 humildemente, a conversar, buscar o entendimento, dentro dos parâmetros legais, entende que
39 a Reitoria agiu corretamente na questão do docente que ameaçou o aluno, mas entende também
40 que é importante que a Universidade volte à sua normalidade. Quando fala do Imecc, fala com

1 muito carinho, e lhe dói a sensação de que hoje, até mesmo aqueles professores que estudaram
 2 na mesma época que ele e que hoje são professores do Imecc não podem fazer seu trabalho, que
 3 é o trabalho para a sociedade. Então, pede aos alunos que reflitam na conveniência de continuar
 4 essa ocupação que é legítima, dentro de um modo de luta pelos seus interesses, mas devem
 5 buscar os interesses convergentes para a Universidade. A Conselheira AASHA HAFA
 6 MACÊDO FERREIRA diz que se não fizerem um esforço para dialogar de verdade, para tentar
 7 entender o que enquanto estudante estão fazendo e os estudantes tentarem entender os
 8 professores, não vão sair do lugar. Nada do que falarem aqui vai ser escutado por qualquer
 9 estudante e não vão parar a greve porque estão colocando esses pontos. Se não entenderem o
 10 que cada um está pensando, não vão conseguir dialogar, e às vezes é isso que sente do Consu.
 11 Há uma falta de paridade dos estudantes, que só possuem 15% das cadeiras, e quase nunca têm
 12 condições de colocar suas posições de verdade. Sempre ouvem o que os professores têm a falar
 13 e entendem a opinião deles, mas sente que é necessário, antes de criticarem e antes de colocar
 14 o que está acontecendo nessa greve, tentarem realmente entender, fazer um esforço que até
 15 agora só viu a professora Verónica praticamente fazer. E não está entendendo porque só ela fez.
 16 Gostaria de ter tempo para abordar alguns temas importantes, é a única pessoa trans neste
 17 Consu, e no momento estão fazendo a mesa de negociação com o senhor Reitor para tentar
 18 aprovar cotas trans. É a única pessoa que tem condições de falar isso porque sofre todos os dias
 19 com a violência de gênero. O professor Ricardo disse que a Universidade tem seu tempo, e
 20 precisam tentar entender qual é esse tempo, porque ele não é dos alunos. Nunca viu esse tempo
 21 ser para os alunos. Sabem que o tempo da Universidade está há muitos anos sem reajustar a
 22 Bolsa BAS, que o tempo da Universidade não está colocando restaurante universitário nos finais
 23 de semana, que o tempo da Universidade está demorando para aprovar cotas trans, para fazer
 24 uma série de mudanças que são necessárias se querem que esta Universidade seja pintada de
 25 povo. Não podem aceitar que uma universidade que se diz progressista, diversa, demore um
 26 tempo longuíssimo para tentar dar um mínimo de reparação histórica por eles, que sofrem
 27 direto, que vivem na rua. Esse tempo da Universidade não está garantindo nada para eles, que
 28 estão sofrendo todos os dias; querem saber do tempo do estudante. O episódio do Instituto de
 29 Artes, lembrado pelo senhor Reitor, ocorreu há meses, tudo o que era para ser feito foi feito, foi
 30 aberta a sindicância e hoje vários estudantes pretos estão sendo perseguidos por defender seu
 31 instituto. Um estudante quase foi esfaqueado esses dias, uma funcionária faleceu, a senhora
 32 Cleide Aparecida Lopes, e pergunta quem se esqueceu de que esta Universidade tem sangue de
 33 terceirizado, como podem aceitar que essas coisas aconteçam. Esse tempo que estão tendo aqui
 34 neste Consu, o tempo que possuem para os docentes discutirem o que vale e o que não vale, é
 35 muito maior que a vida do povo preto, é muito maior que o tempo de vida de qualquer pessoa
 36 trans, que tem como expectativa de vida 35 anos, e é isso que vão esperar, 30, 40 anos, 50 anos.
 37 Acha que não é assim que vai ter que funcionar esta Universidade; se não for desse jeito, a
 38 greve continua. Precisam escutar mais a professora Verónica, que disse hoje que os alunos
 39 sentem receio de os professores olharem para eles. Isso acontece porque têm medo de serem
 40 perseguidos, uma vez que a Universidade sempre faz isso com os estudantes quando vacilam,

1 são perseguidos, sofrem sindicância, têm as notas baixas, são reprovados, são expulsos desta
2 Universidade, porque ela não é um local para o povo preto estar. E enquanto isso, para o
3 professor que tentou esfaquear o aluno, a postura é de que ele foi afastado, vão fazer o processo,
4 e agora vão esperar o tempo da Universidade. Espera muito que ele vá, porque o professor
5 Daros não foi, ele continua na Universidade, depois de ter sido racista com uma professora
6 convidada. Pergunta se é esse tipo de mensagem que desejam passar para a população enquanto
7 comunidade docente; tratava-se de uma professora que veio para cá dar aula sobre os Racionais
8 MCs, uma aula sobre a cultura preta, e ela teve a aula interrompida dela por um professor
9 branco, e ninguém aqui reclamou disso, ninguém em reuniões da Cepe falou sobre isso. Tudo
10 isso é uma verdadeira hipocrisia, é uma hipocrisia da Reitoria, é uma hipocrisia de quem não
11 está prestando atenção no que está acontecendo, porque não tem um mínimo de noção, porque
12 não sabe o que acontece com a vida das pessoas, vive em um mundo isolado. A tentativa de
13 esfaqueamento que ocorreu recentemente foi um caso de fascismo, esse professor é um fascista;
14 estão contratando e deixando fascistas nesta Universidade, precisou quase um estudante morrer
15 para fazerem alguma coisa. No caso do Centro Acadêmico do Instituto de Artes, quem está
16 sofrendo a sindicância são mulheres pretas, e pergunta como a Reitoria tem a pachorra de fazer
17 isso com essas estudantes, que estão sofrendo com um curso que não tem prédio, que têm de se
18 deslocar por longas distâncias porque seu curso não tem um local fixo, sendo que o Paviartes
19 está há décadas parado. Esse é o tempo da Reitoria, esse é o tempo da Universidade, e a verdade
20 é que tudo isso é uma grande mentira, uma grande farsa; essa sindicância é para afetar pessoas
21 pretas, que são as que passam por dificuldade, são essas pessoas pretas da Universidade que a
22 Reitoria quer perseguir no Caia, que estão lutando para ter um barracão. Toda vez que um
23 professor comete violência, vê dois pesos e duas medidas, não dá para continuar assim, porque
24 para alguns o tempo da Universidade é rápido, resolvem logo os problemas. Já outros só vão
25 ser reconhecidos após a morte, e então recebem um título de *honoris causa*, porque fizeram
26 coisas importantes, porque agora a Universidade é diversa, por causa da sua luta. Pede que
27 sejam coerentes, que parem de perseguir, porque as pessoas cis não sabem como é o sofrimento
28 da população trans, não sabem o que está acontecendo, e estão falando mentiras. O tempo da
29 Universidade que defende é o tempo da ocupação do Imecc, é o tempo da greve, porque sabem
30 que em 2016 uma greve fez muito mais que qualquer reitor, porque as cotas foram conquistadas
31 por estudantes que estavam em luta, que foram agredidos por professores, foram perseguidos,
32 sindicados, e é o que fazem, mas precisam ter uma Universidade que seja do povo, não seja
33 para Santander enquanto Paviartes continua demolido, não é para ser uma universidade que
34 sirva para empresas privadas enquanto o povo não tem permanência. Sente vergonha porque
35 ninguém pode aceitar com o mínimo de sinceridade manter as coisas como estão, então se a
36 Reitoria realmente está preocupada com o que está acontecendo na Universidade e quer
37 representar todos, então continuem com essa mesa de negociação mas aceitem tudo, porque
38 quando tiverem cotas trans na Unicamp, quando tiverem um Paviartes para os estudantes do
39 IA, quando tiverem o mínimo necessário, vão voltar, e querem muito. Greve é algo muito
40 cansativo, estressante, estão todos tensos, com medo, ninguém sabe o que vai acontecer, se vão

1 ser perseguidos. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DOS SANTOS diz que vai
2 tentar se ater à questão do ponto eletrônico, que é o que estão discutindo aqui hoje, pensando
3 em alguma forma de encaminhamento, pois estão vendo uma situação que vem se desenrolando
4 e parece que não encontram o fim. Precisam tentar achar alguma solução, e essa solução tem
5 que ser necessariamente negociada. Isso foi votado na CAD, houve uma votação para retirada
6 de pauta do assunto, a retirada não ganhou, e portanto houve uma votação do assunto, quer
7 concordem ou não. Inclusive lembra que o IEL, particularmente, votou uma moção na sua
8 congregação para retirada de pauta da CAD, no entanto se perdeu a votação da retirada de pauta
9 e a minuta foi votada na CAD. Se há possibilidade de deliberar sobre isso, que seja a própria
10 CAD a instância em que isso vá ser discutido, e especificamente sobre a minuta, tentando
11 aperfeiçoar, tentando trazer questões que não estão contempladas na minuta e que possam ser
12 contempladas. Como toda a discussão se iniciou na CAD, acha que deve terminar na CAD, e
13 lembra que como câmara ela pode mudar uma decisão de uma CAD anterior e alguns pontos.
14 Também pensa que isso pode ser um termo aditivo que traria pontos tanto que já apareceram
15 nas notas da Reitoria, quanto pontos que devem ser sugeridos pelo STU e pela representação
16 dos funcionários. Acha que dessa forma, de fato, se pensa a negociação, e isso também, claro,
17 deveria passar por um acordo coletivo. E o próprio sindicato deve trazer os pontos que são
18 importantes de serem levados em consideração. Têm falado muito em diálogo, e observa que a
19 questão central aqui é a questão da linguagem, porque o diálogo só existe se há o
20 reconhecimento do outro. E esse reconhecimento do outro gera uma atitude responsiva; o
21 filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin diz que todo enunciado gera uma atitude responsiva no
22 outro, para que ele seja inclusive considerado um enunciado, senão é palavra vazia. E para que
23 haja essa atitude responsiva do outro é necessário que haja esse reconhecimento do outro, das
24 partes, e isso ocorre dentro de uma esfera de comunicação. Precisam reconhecer as esferas em
25 que isso ocorre, e trazendo para a Universidade, que instâncias são essas, que esferas são essas
26 que precisam reconhecer e legitimar. Quem legitima é a instituição, mas os atores que nela
27 atuam precisam legitimar também. As instituições existem, os espaços existem, a CAD e o
28 Consu existem, mas eles precisam ser legitimados pelas pessoas. E isso se legitima a partir
29 desse reconhecimento, que é público, as pessoas que participam dela têm que reconhecer. Não
30 só os representantes que estão aqui hoje, mas aqueles que são os representados; eles precisam
31 também ver isso, inclusive aqui, pois estão sendo assistidos hoje. Mostrar o diálogo é
32 fundamental nesse sentido, mas reconhecendo essas instâncias, e reconhecendo que podem
33 ganhar, podem perder, as instâncias são democráticas. Se elas precisam ser revistas do ponto
34 de vista da representatividade, porque estão sendo sub-representadas por uma determinada
35 categoria, isso é uma questão relevante que precisa ser discutida, como foi trazido na última
36 reunião, inclusive para se discutir a questão da representatividade. A configuração do Consu
37 vai ser alterada em função de uma demanda, isso é legítimo e tem que acontecer, mas precisam
38 também reconhecer que os espaços existem e devem utilizá-los. Acha que precisariam tentar
39 criar consciência disso, e se não criarem, vão só exacerbar os ânimos, e estão vendo as situações
40 terríveis que acontecem pela falta de diálogo, inclusive com mais uma guerra acontecendo no

1 mundo neste momento porque não há diálogo. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE
2 OLIVEIRA levanta a questão da ocupação do Imecc, como conselheiro e como membro da
3 comunidade desse Instituto. De fato, há toda a necessidade de negociar e de conversar, mas diz
4 que não há necessidade daquela ocupação. A diretoria tem sido bastante aberta ao diálogo, e no
5 que tange ao próprio Imecc, não tem dúvidas de que as demandas estão sendo encaminhadas de
6 maneira apropriada. Insiste que as atividades da Universidade envolvem planejamentos de
7 médio e longo prazo. Então, têm, inclusive, alguns eventos que estão acontecendo e que foram
8 planejados há um ano, dois anos, mas chegam lá e o prédio está ocupado. Isso realmente rompe
9 uma série de atividades que fazem parte do dia a dia de atividades docente e de pesquisa. Em
10 termos de atividade de ensino, igualmente, há planejamentos de disciplinas que envolvem o
11 semestre todo e em especial a Matemática tem um encadeamento de assuntos que já é bastante
12 apertado para cumprir dentro do prazo normal, e qualquer coisa que mexa com isso, de fato,
13 interrompe uma sequência de aprendizado dos alunos. Então, tem essa preocupação e faz um
14 apelo para distensionar, a atitude tem de ser acima de tudo a não violência; possuem bastante
15 liberdade para se expressar verbalmente e não precisam partir para nenhuma atitude violenta,
16 nem mesmo verbal. Têm de ser bem explícitos em termos das posições sem ofender os outros.
17 Estão aqui em uma discussão institucional, um Consu que foi convocado para discutir um
18 assunto relevante para a categoria dos funcionários. Discorda um pouco do professor Petrilson;
19 de fato foi aprovado na CAD o encaminhamento da minuta, no entanto, cabe sempre um recurso
20 em instância superior, e vê o Consu como sendo essa instância superior e também um local para
21 discutir. Eventualmente a reunião de hoje foi convocada apenas para discutirem, mas podem
22 distensionar as relações. Também não vê razão por que o Ministério Público não entenderia
23 algum tipo de negociação que seja melhor para a Universidade e atenda também às demandas
24 do próprio Ministério Público. Considera estranho um Consu extraordinário que não tem ordem
25 do dia, mas também em princípio o Consu extraordinário não deveria ter expediente. De toda
26 forma, seu apelo é para o distensionamento dos casos, das demandas, pois tudo pode ser
27 negociado, tudo pode ser discutido, dialogado, e não precisam entrar em uma batalha em que
28 todos saem perdendo. O MAGNÍFICO REITOR diz que a pauta do Consu inclui Expediente,
29 Ordem do Dia, Ordem do Dia adicional; está em pauta a discussão, o que ela não está é na
30 Ordem do Dia. A doutora Ângela, Secretária Geral, já relatou na Cepe e CAD da semana
31 passada que já ocorreram reuniões de Consu extraordinário só com Expediente. O Conselheiro
32 MATHEUS ALVES ALBINO diz que o artigo 29, parágrafo único, do Regimento Interno do
33 Consu estabelece que “As reuniões extraordinárias do Conselho e das Câmaras poderão ser
34 convocadas pelo Reitor ou por 1/3 dos membros de cada um dos colegiados”, e diz que a
35 solicitação dos membros foi de inclusão do assunto em Ordem do Dia. A Doutora ÂNGELA
36 DE NORONHA BIGNAMI diz que o Consu extraordinário, seja ele convocado por solicitação
37 de pelo menos um terço dos membros ou da própria Administração, terá em pauta
38 exclusivamente o item que justificou a sua convocação, seja um ponto de Ordem do Dia, seja
39 um ponto de Expediente. Diz que, desde que assumiu a Secretaria Geral, houve pelo menos
40 dois Consus extraordinários em que a pauta foi exclusivamente expediente. Um deles foi a

1 discussão das cotas e o outro foi a discussão de um projeto de lei que tinha por objetivo causar
2 algum prejuízo na autonomia universitária. Então isso é possível e não tem nenhum problema
3 regimental em relação a isso. Quanto à convocação, a Administração é obrigada a seguir o
4 Regimento Interno do Conselho, em convocar um Consu extraordinário havendo o número de
5 assinaturas, mas a organização da pauta depende de outros critérios. O Conselheiro WAGNER
6 DE MELO ROMÃO agradece a fala do professor Ricardo e da acadêmica Aasha. O professor
7 Ricardo e o corpo todo de docentes e técnico-administrativos do Imecc têm compreendido este
8 momento, que é um momento inédito na história da Unicamp. Diz que fez a sua graduação na
9 USP e nunca viu nada parecido com o que aconteceu aqui na terça-feira passada. Acha que
10 precisam lidar com essa situação, realmente, como uma situação inédita e como uma situação
11 absolutamente fora do comum. Entende que a ação dos estudantes de estarem neste momento
12 ocupando o Imecc é uma decisão que foi tomada de uma maneira legítima, decidida em
13 Assembleia, convocada para tal. E pensa que a ação dos docentes e técnico-administrativos do
14 Imecc tem de ser uma ação que não julgue o que os estudantes estão fazendo a partir de uma
15 perspectiva exterior. Enquanto educadores, enquanto pessoas que têm mais experiência de vida,
16 têm de estabelecer realmente um diálogo com os estudantes. É importante a fala da conselheira
17 Aasha de que os estudantes usam máscaras porque têm medo de ser punidos; não sabe se os
18 colegas se esqueceram de quando eram estudantes, mas ele, quando era estudante, também tinha
19 medo de ser punido, seja por uma perseguição de um professor, eventualmente, por algum
20 diálogo mais áspero que pudesse estabelecer em sala de aula, ou mesmo pelas várias
21 mobilizações de que participou no movimento estudantil. Como cientista político, diz que os
22 docentes estão em uma posição de poder dentro da universidade. Se querem pensar uma
23 universidade democrática, uma escola democrática, precisam se reposicionar, e não é fácil,
24 porque são formados nessa estrutura universitária, nessa estrutura escolar. A transição para uma
25 escola democrática, para uma universidade plenamente democrática é um aprendizado, e este
26 momento por que estão passando agora é também um momento de aprendizado, cuja greve
27 estudantil instaura um momento de negociação. Não sabe se todos os pontos da pauta estudantil
28 vão ser aceitos, porque depende de negociação, que é um momento de aprendizado mútuo, em
29 que aprendem o lado da Reitoria e o lado do movimento estudantil. Nenhum sindicalista vai
30 para uma negociação achando que vai ganhar todos os pontos, ele vai sempre tentando melhorar
31 a sua posição, e acha que é isso que os estudantes estão fazendo. Já se manifestou na assembleia
32 da ADUnicamp, e pensa que praticamente todos os pontos de pautas elencados pelos estudantes
33 são muito legítimos e plausíveis de serem tratados. A questão das cotas trans não é algo
34 inimaginável, entende que a comunidade talvez não esteja madura para esse passo, mas é uma
35 luta de visibilidade de pessoas que estão em uma forte situação de vulnerabilidade em relação
36 à sociedade. Há universidades, como a Universidade Federal do ABC, que já possuem essa
37 experiência, então precisam instaurar uma situação de debate na Unicamp a respeito desse tema.
38 Sobre as cotas PCDs, sabe de todos os esforços da gestão, os esforços anteriores, mas não estão
39 conseguindo dar conta enquanto universidade de fazer com que a legislação seja obedecida.
40 Isso tem de ser um problema de todos, e que bom que os estudantes estão colocando isso como

1 ponto de pauta. Mais cursos, mais docentes, pergunta se vão ser contra isso e como vão reagir
2 a isso. Se estão pensando em uma abertura de uma universidade cada vez mais democrática,
3 cada vez mais inclusiva, esse tem de ser um ponto. Pergunta como podem aproveitar esse
4 movimento dos estudantes para fazer um diálogo em uma outra posição na Assembleia
5 Legislativa, para que possam sair desse problema em que se encontram de não poder contratar
6 mais docentes, pois a cota se encerrou. Acha que devem caminhar nesse sentido. O Conselheiro
7 CÉSAR JOSÉ BONJUANI PAGAN diz que foi estudante durante a ditadura militar, e um dia
8 estava indo para a universidade em greve, uma greve geral, em assembleias que tinham
9 participação entre 80% e 90% do corpo discente, que lotavam o ginásio de esportes da
10 Universidade Federal de São Carlos. Naquele dia, os estudantes faziam um movimento de pular
11 a catraca e um motorista teve um infarto à noite. Quando os estudantes pularam a catraca
12 naquele dia, o motorista daquele ônibus levou o ônibus para o meio de uma assembleia de
13 trabalhadores. Cercaram o ônibus e o clima estava horroroso, diz que passou em frente e
14 resolveu subir no ônibus para negociar. Estava uma gritaria lá dentro e o medo era de
15 linchamento, porque a situação era de uma agressividade extrema. Fala isso para lembrar que
16 já foi estudante e que já passou por isso. Lembra que naquela noite fizeram uma assembleia na
17 porta da delegacia para decidir se iriam invadi-la. Ainda bem que não fizeram isso, porque na
18 hora de ir para casa, passou em frente aos batalhões de choque e eles estavam estacionados atrás
19 do cemitério, e era o caminho para chegar na república. Falando do diálogo nos dias de hoje,
20 diz que na Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação os estudantes propuseram
21 atividades durante a greve, e uma das atividades aconteceu ontem, que foi chamar professores,
22 funcionários e a comunidade dos estudantes para discutir a infraestrutura da Faculdade. Estava
23 lá o diretor, professor Hugo, o vice-diretor, professor Bruno, além de vários outros professores,
24 e fizeram um debate em que todos puderam falar e construir propostas juntos para a Faculdade.
25 A reunião terminou com uma fala no sentido de fazer novas conversas e acompanhar o processo
26 de implantação das decisões que tomaram conjuntamente, algo que foi emocionante. Portanto,
27 o diálogo é possível, e a fala do professor Petrilson feita hoje aqui foi preciosa, sobre o
28 reconhecimento do outro. Quando sentam à mesa de negociação, reconhecem o outro como
29 interlocutor legítimo, porque sem isso não é possível dialogar. Entrando no assunto que ensejou
30 a convocação de hoje, que é o ponto eletrônico, diz que precisam do diálogo, precisam da
31 construção de uma proposta. Os órgãos de controle precisam exercer o seu papel, isso é
32 constitucional, existe um Tribunal de Contas e um Ministério Público. Não podem ignorar,
33 dizer que não querem ser fiscalizados, não querem o ponto eletrônico, o “não” não funciona,
34 mas funciona ter proposta. Funciona ter uma proposta para chegar no Ministério Público e
35 discutir uma alteração no TAC, de conteúdo e de prazo, mas não podem se negar à discussão e
36 se negar a serem fiscalizados. A Universidade tem de passar por isso, e essa construção tem de
37 ser feita basicamente entre os trabalhadores e a Administração. Precisa haver um esforço de
38 negociar mesmo em situações tensas, e a assembleia dos trabalhadores do STU tem de dar uma
39 delegação que permita à diretoria se sentar a uma mesa e negociar de forma ampla, sem
40 cláusulas que os obriguem a levantar e sair se não for dita determinada coisa. Isso aconteceu na

1 assembleia da ADunicamp, quando um dirigente sindical disse que se a ADunicamp dissesse
2 “X”, ele se levantaria da mesa. A ADunicamp pode falar o que ela quiser, inclusive às vezes
3 pode falar errado, pode falar coisas equivocadas, mas pode falar o que quiser. E é uma situação
4 de reconhecimento do outro: ouvir, criticar e construir. Se não conseguirem construir uma
5 proposta, vão ser levados a reboque e quem não estiver na mesa de negociação não vai ter voz.
6 Então tem de haver um esforço, e a assembleia dos trabalhadores tem de se posicionar, pois lá
7 é o ponto inicial de colocar, de negociar. Algo que o senhor José Luis falou agora há pouco e
8 que não está vendo ser discutido, mas é interessante de se dizer, é a questão da jornada de
9 trabalho. As jornadas de trabalho já foram de 14 horas por dia, como ele mencionou, já foram
10 de 48 horas semanais, hoje são de 40 horas semanais, e podem discutir essa questão, porque
11 isso está embutido também na discussão do ponto eletrônico de uma forma ou de outra, as
12 pessoas debatem isso. Então a sua fala é no sentido de que há possibilidades de construção de
13 proposta, é necessário construir, não dá para chegar para o Ministério Público e pedir
14 adiamento, pedir prazo, sem ter uma construção mínima, não precisa ser final, mas alguma
15 construção de proposta. Acha que alguns caminhos que o senhor José Luis colocou aqui, que o
16 sindicato tem colocado, são possibilidades para se construir uma proposta mínima e levar ao
17 Ministério Público, para ter mais prazo, para ter um aprofundamento da discussão. O
18 Conselheiro ARLINDO ALEMÃO GREGÓRIO diz que espera que um dia tenham mais
19 estudantes aqui no Conselho para ter uma paridade importante. Comenta que hoje seu filho
20 perguntou para onde ele ia e respondeu que estava indo para a jaula dos leões, porque é mais
21 ou menos assim que se sentem quando tentam buscar esse espaço que com muito esforço foi
22 conquistado. De certa forma, a cultura eurocêntrica moldou os espaços dessa forma, e muitas
23 vezes reproduzem essa forma cultural de imposição até sem perceber. Alguns estudantes são
24 colocados sem preparo para estar nesses espaços, e observa que se se organizam para reivindicar
25 os direitos, é porque alguma coisa não está sendo contemplada. Vai fazer a leitura de um texto
26 que escreveu sobre a atual conjuntura, do que está vivenciando como estudante, e da
27 possibilidade de estar na Universidade. Acaba de vir de Brasília, onde considera que houve uma
28 vitória importante para os povos indígenas, pois o Supremo Tribunal Federal deslegitimou o
29 marco temporal, mas ao mesmo tempo, no Senado, ele foi aprovado. Isso significa que mesmo
30 estando muito claro na Constituição que o que foi decidido no Senado é inconstitucional,
31 verificam que, além da insensibilidade, existem interesses para além do diálogo. Então pensou
32 em um texto, como sempre faz, para trazer uma reflexão neste espaço, mas antes disso lembra
33 que pela Unicamp passou o professor Paulo Freire, que é o patrono da educação, e ele participou
34 da greve de 1982, a primeira greve organizada pelo movimento estudantil aqui na Unicamp.
35 Naquele momento, segundo informações, ele foi o suporte positivo para o movimento
36 estudantil, mas 37 anos depois, um estudante negro, da minoria – e se coloca no lugar dele
37 porque passa por isso todos os dias –, é atacado por um professor, não sabe se intencionalmente,
38 mas para ir para algum lugar armado, é porque está com uma intenção diferente daquilo que
39 seria normal. Observa que se um estudante indígena estivesse com uma arma dessa, já estaria
40 preso, sendo torturado na cadeia. Então, a estrutura eurocêntrica realmente dá alguns

1 privilégios. Passa à leitura da reflexão que trouxe para pensarem o diálogo para além dos
2 embates; é melhor sair daqui com um diálogo preparado, porque as palavras, de certa forma,
3 acabam agredindo os seres humanos. Começa o texto: “Bem viver é um projeto de nação, todos
4 nós desejamos ajudar uns aos outros, os seres humanos são assim, desejamos viver para a
5 felicidade do próximo, não para o seu infortúnio, por que havemos de odiar e desprezar uns aos
6 outros? Neste mundo há espaço para todos. A terra, que é boa e rica, pode prover todas as nossas
7 necessidades, mas nós perdemos o caminho da vida, a cobiça envenenou a alma dos homens,
8 levantou o mundo às muralhas do ódio e tem nos feito marchar a passos de ganso para a miséria
9 e os morticínios. Estamos na época da quarta revolução industrial, da inteligência artificial, das
10 tecnologias, das redes sociais, mas nós nos sentimos enclausurados dentro delas. A tecnologia
11 que produz a abundância tem nos deixado em penúria, nossos conhecimentos fizeram-nos
12 céticos; nossa inteligência, empedernidos e cruéis. Pensamos em demasia, sentimos bem pouco.
13 Mais do que máquinas, precisamos de humanidade; mais do que inteligência, precisamos de
14 afeição e doçura; sem essas virtudes, a vida será de violência e será tudo perdido. A própria
15 tecnologia, que deveria nos aproximar, nos afastou uns dos outros; a própria natureza dessas
16 coisas é um apelo eloquente à bondade do homem, um apelo à fraternidade universal, à união
17 de todos nós nesse momento e nesse instante. A minha voz chega a milhares de pessoas pelo
18 mundo afora graças à tecnologia, milhões de desesperados, homens, mulheres, jovens,
19 adolescentes, crianças, vítimas de um sistema que tortura seres humanos, encarcera inocentes,
20 marginaliza a minoria. Aos que me puderem ouvir, eu digo: não dê ouvidos aos pessimistas, não
21 deixem se abater pelo desânimo, não se rendam à opressão. Lembrem-se das palavras de Nelson
22 Mandela: tudo é impossível até que alguém alcance. Nós somos esse alguém, nós podemos
23 alcançar o impossível, nós podemos mudar o mundo, nós temos sonhos, sonhos enraizados na
24 ancestralidade indígena. Eu tenho um sonho que essa nação indígena levantará e viverá a
25 verdadeira história do Brasil, e celebraremos junto a verdade que por muitos séculos foi negada
26 a nós. Não podemos mais viver um estado que transpira o calor da injustiça, transpira o calor
27 da opressão, transformando em oásis a liberdade. Eu tenho sonho que meus filhos um dia vão
28 viver em um país onde não vão ser julgados pela cor da pele, mas pelo seu caráter. Quando
29 ouvirmos o som das montanhas, quando respeitarmos as leis da natureza, quando entendermos
30 que somos parte de um todo maior, nos sentiremos vivos e seres humanos, nos sentiremos
31 felizes. Meus irmãos, minhas irmãs, professores e companheiros que estão me ouvindo, não
32 deixem que o medo nos impeça de lutar pelo que é justo, não deixem que o ódio nos impeça de
33 amar uns aos outros, não deixe que a ignorância nos impeça de aprender uns com os outros,
34 vamos juntos construir um mundo melhor. Um mundo onde todos possam viver em paz e
35 harmonia, um mundo onde todos possam ter oportunidade e dignidade, um mundo onde todos
36 possam ser felizes”. Esse é um sonho que é um desafio, mas é importante trazer essa reflexão.
37 Chama a atenção para a eleição do Consu: é importante que os estudantes também estejam aqui,
38 porque ainda que não haja a paridade, a Universidade lhes deu a grande oportunidade de estar
39 pairando hoje em ambientes de decisões nacionais. Hoje está no Conselho Nacional de
40 Educação, no GT da construção da primeira universidade indígena, tudo isso porque aprendeu

1 com o movimento estudantil, com o movimento indígena. Então fica muito triste quando
 2 alguém vem deslegitimar alguns movimentos, alguns jovens, que por um sonho de construir
 3 uma perspectiva de vida melhor fazem isso com energia, com força, gritando mesmo para dizer
 4 o que eles querem. A greve é legítima, ela traz perspectivas importantes para o movimento
 5 estudantil, e acha que vai só colaborar para a Universidade que todos dizem que é uma das
 6 melhores da América Latina, e que ela seja melhor para todos, inclusive para o povo negro,
 7 para o povo trans, para os indígenas e para todos. A Conselheira JOSELY RIMOLI diz que vai
 8 focar inicialmente no ponto deste Consu: falam repetidamente sobre o diálogo, mas já existe
 9 uma deliberação da CAD, e retoma a proposta feita no último Consu de que, respeitando a fala
 10 do sindicato dos trabalhadores, em cada diretoria se dialogue e reflita qual será a forma de se
 11 respeitar o TAC para que possam ir construindo essa proposta que o professor César levantou,
 12 objetivamente, inclusive já deveriam estar fazendo isso. Diz à conselheira Aasha que os tempos
 13 dos movimentos sociais são um até se institucionalizar; vários aqui participaram da greve de
 14 outubro de 1981, e era uma intervenção, lembrando que batalharam pelo não aumento do valor
 15 do restaurante, batalharam para que tivesse almoço. Hoje vê os estudantes reivindicando almoço
 16 nos finais de semana e lembra que há um processo histórico; os trabalhadores e servidores
 17 públicos gostariam que os tempos fossem mais ágeis, e observa que é sofrido ser gestor, é
 18 sofrido querer implantar e esbarrar nos tempos que existem. É importantíssimo terem colocado
 19 as reivindicações, mas sabem que muitas delas já estão em implantação. Apresenta-se à
 20 conselheira Aasha: é enfermeira sanitária, professora de Saúde Coletiva, e o seu doutorado se
 21 chamou “Direito à delicadeza: crianças e adolescentes livres da exploração sexual”. Com base
 22 em tudo o que aprendeu na rua, com os colegas, com uma política pública municipal, propõe
 23 um grupo de trabalho, porque essa comunidade vulnerável precisa ser cuidada desde a educação
 24 infantil. A cota é um passo, mas é muito importante que as meninas e os meninos trans não
 25 sejam mortos. Esta Universidade acumula conhecimento e tem como colaborar; pede licença e
 26 se coloca à disposição para dialogar com eles sobre essa pauta. Observa que a arma dos docentes
 27 é a palavra, é o diálogo, e o *spray* deles está na empatia. É na construção de relações, de vínculos
 28 pedagógicos que se fazem respeitar. Agradece a todas as professoras e professores que os
 29 ensinaram para estarem aqui hoje, e lembra que na greve de 1981 o professor Rubem Alves e o
 30 professor Carlos Rodrigues Brandão iam no centro do Ciclo Básico para ensinar e dialogar. Em
 31 respeito ao professor Brandão, que partiu recentemente, dedica a ele o dia dos professores, e
 32 diz que gostaria que o dia de professores e professoras fosse lembrado por todos, que tivesse
 33 uma relevância nacional como teve o fato ocorrido no Imecc. Aprenderam nesta Instituição,
 34 como educadoras e educadores, que o ato de educar é amor. O Conselheiro BRUNO GOMES
 35 XIMENES solicita aos membros do Conselho que levantem a mão aqueles que vão bater o
 36 ponto eletrônico com a minuta como está. Três pessoas levantaram a mão. Diz que fez isso para
 37 deixar claro que há um desconforto entre os funcionários de como foi feita a discussão e de
 38 como está vindo esta minuta. No GT executivo nenhum dos membros baterá ponto. Na CAD,
 39 há os conselheiros Matheus e Adilton, que pela proposta atual não sabe se baterão ponto ou
 40 não. Mas realmente agora no Consu são três ou quatro membros que baterão ponto. As pessoas

que vão bater ponto participaram muito pouco dessa discussão, foi uma discussão que veio de cima para baixo. Há um desconforto e acha que não é salutar para o ambiente de trabalho ter essa diferença entre as pessoas que têm mais poder, mais controle da Universidade, e não se dispõem a participar do ponto. Enquanto isso, as pessoas de baixo vão bater ponto, 55% da folha da Unicamp que possuem os menores salários. Sabe que as atividades são diferentes, e concorda com isso, não está dizendo que eles têm de bater ponto da mesma maneira, mas é um desconforto quando aparece que os docentes não têm controle. No artigo 28 do Esunicamp, está definido que o servidor docente registrará frequência no seu departamento, conforme a regulamentação própria. Perguntou para todas as unidades de ensino como é feito esse controle dentro delas e os diretores responderam prontamente, de uma forma muito honesta, mas das respostas que recebeu considera que muito pouco possa ser apresentado para a comunidade. Teria vergonha de apresentar para a comunidade que o controle de frequência é feito daquela maneira, inclusive algumas unidades responderam que não há controle de frequência desde a pandemia. Então é um desconforto quando chega dessa maneira, pois parece que os funcionários têm de ser controlados e os docentes não. Pessoas boas e pessoas ruins existem em qualquer lugar e qualquer categoria, há servidores fantásticos, acredita que a maioria cumpre regularmente a frequência, assim como os docentes são fantásticos, a maioria dos que conhece cumpre muito mais do que deveria fazer, mas em todas as categorias há pessoas ruins que precisam ser controladas. Acha que parte desse desconforto é que muitos dos pontos que estão deixados de fora, que vieram nos comunicados, não seriam assim se as pessoas poderosas estivessem incluídas nessa minuta. E esses pontos que ficaram no ar e ficaram como possível acordo coletivo são muito caros aos servidores e geram receio de como isso vai ser no futuro. Pessoalmente confia na palavra do professor Antonio José e não tem dúvida de que na sua gestão aquilo que foi acordado e está público vai ser cumprido, mas tem receio do que vai ocorrer nas gestões futuras. Acabaram de passar pelo governo Bolsonaro, foi surreal uma pessoa daquela ser eleita, então pode ser que aconteça de algum dia vir um reitor que seja meio surreal também. Um acordo coletivo, pelo que pesquisou, tem validade de dois anos, e a cada dois anos ele precisa ser renovado se as duas partes têm pontos caros na proposta e têm interesse em renovar o acordo. Da maneira como está a proposta, não vê o interesse da Unicamp; da gestão do professor Antonio José está claro que há interesse, ele já deixou isso claro, mas não há nada que garanta ou que aponte que gestões futuras vão ter esse compromisso. Ficam muito à mercê de a cada dois anos terem de refazer essa discussão, isso é um ponto que gera bastante desconforto e gostaria que a doutora Fernanda explicasse essa questão da renovação do acordo coletivo, de como podem ter algumas garantias a mais do que já têm, porque isso realmente preocupa os funcionários. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO esclarece que o acordo coletivo vai estabelecer alguns benefícios para o trabalhador, em comum acordo com a Universidade. Ele é renovado a cada dois anos, mas dificilmente na renovação serão retirados direitos do trabalhador que estão ali previstos, na verdade há um avanço a cada acordo que é celebrado. Mas se quiserem incluir algumas coisas na deliberação CAD, não há impedimentos. Entretanto, existem dois pontos que precisam estar no acordo, não adianta

1 estarem na deliberação CAD: o primeiro deles é o banco de horas para servidores celetistas,
 2 para que seja compensado em até um ano, e o segundo é o registro de ponto pelo celular. O
 3 MAGNÍFICO REITOR reitera sua disposição de assinar o acordo coletivo e diz que na sua
 4 avaliação é muito difícil que ele regreda. Ele cria uma base para as próximas gestões, e em
 5 relação à normativa CAD duas coisas são difíceis para negociar: uma é a própria implantação
 6 e a outra é o tempo dessa implantação. Mas os detalhes, inclusive aqueles com que já se
 7 comprometeu publicamente, em relação ao período de recesso, pontos facultativos etc., sendo
 8 possível colocar na normativa também não tem nada contra e acha que é uma base de
 9 negociação. Existem outras questões de interesse da direção do STU que talvez sejam mais
 10 difíceis de aceitar, teriam de ser conversadas e ver como modificar a norma, se é possível,
 11 inclusive a doutora Fernanda já deu as restrições que existem. Há uma restrição à implantação,
 12 uma restrição do prazo de implantação, algumas coisas que exigem o acordo, inclusive acha
 13 que um acordo é uma forma mais segura de projetar a manutenção desses direitos no tempo do
 14 que alterar a normativa, mas estão dispostos a fazer os dois, sem problema. O Conselheiro
 15 RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA diz que quer deixar registrado mais uma vez aqui,
 16 publicamente, o reconhecimento por parte da Faculdade da Educação da legitimidade do
 17 movimento estudantil, também de funcionários. Também manifesta solidariedade ao Imecc, na
 18 pessoa do seu diretor, professor Ricardo, nesta situação difícil para os dois lados, como foi
 19 relatado aqui, e se coloca à disposição da diretoria e dos alunos para ajudar, como for possível,
 20 na superação das dificuldades. É um momento original mesmo esse; não sabe nem como chamar
 21 o episódio da última terça-feira, totalmente inesperado e descabido. Foi muito chocante para
 22 todos, mas se conseguirem excluir abstratamente aquilo, o resto que está acontecendo, a
 23 mobilização dos funcionários e dos estudantes, até é interessante observar, porque há muito
 24 tempo não viam a Universidade viva desse jeito. A Universidade também é isso, e quando uma
 25 categoria desencadeia um movimento de greve ou até de ocupação, não é porque ela está se
 26 recusando ao diálogo, na verdade é um grito em defesa, solicitando, reivindicando o diálogo. E
 27 mesmo que muitos docentes, por exemplo, se posicionem como permanentemente abertos ao
 28 diálogo, nem sempre conseguem captar com a relevância que deveriam a necessidade que o
 29 outro sente de dialogar, seja estudante ou funcionário, e até mesmo colegas docentes. Por isso
 30 muitas vezes são surpreendidos com ações talvez um pouco espantosas, mas que, na verdade,
 31 são o recurso que aquela categoria encontrou para se fazer ouvir. Então talvez possam aprender
 32 com isso, no sentido de que precisariam rever um pouco as próprias condições, educador,
 33 educando, professores, estudantes, o que significa tudo isso para cada um, o que é entrar em
 34 uma sala de aula se sentindo preparado para dar uma determinada disciplina, encontrando lá
 35 um conjunto de estudantes, que hoje é mais diverso do que já foi no passado, e isso é outra coisa
 36 original, importante, valiosa que precisam reconhecer na Universidade. Então as aulas não
 37 podem mais ser as mesmas, e se houver alguma coisa positiva nessa experiência pode ser isso,
 38 chamar a atenção para a necessidade de refletirem sobre a própria condição de educadores, o
 39 que as condições atuais da Unicamp exigem hoje e que não exigiam talvez tanto no passado,
 40 portanto precisam se rever. A Unicamp tem uma instância preparada para ajudar nesse processo,

que é o EA², da qual talvez pudessem se aproximar um pouco mais, para pensar coletivamente e institucionalmente as suas relações. Foi citado aqui o bem-viver, como uma referência, pelo conselheiro Arlindo, e poderia lembrar também a filosofia africana Ubuntu, “eu sou porque você é também, porque os outros são, porque todos somos”, essa filosofia da coletividade. Há aqui estudantes negros, estudantes indígenas, que trazem com eles uma outra perspectiva, uma outra epistemologia, outra visão de mundo, e podem se aproveitar também disso para enriquecer um pouco a maneira de pensar, por exemplo, a relação professor/aluno; essa poderia ser uma oportunidade, no diálogo, para fazer isso. Então, imagina que essa situação excepcional e que os põe em movimento, obriga a pensar, talvez possa ser aproveitada nesse sentido. Houve uma reunião com os estudantes na FE, e curiosamente, eles colocaram algumas coisas em sua pauta específica que eram também pautas dos docentes, por exemplo, eles reclamam o conserto dos aparelhos de ar-condicionado. Faz alguns meses que está brigando com o Cemeq para que ele dê prioridade às salas de aula da FE, mas o Cemeq não dá conta de atender a todas as demandas da Universidade como um todo. Então, é um problema estrutural, ou talvez conjuntural, mas todos devem ter consciência de como as coisas estão acontecendo para poder demandar juntos e resolver juntos. Então, essa questão do tempo – não está comparando aqui as urgências, evidentemente, quando se fala de violência, de inclusão, de acessibilidade, tudo isso se coloca em um patamar superior de urgência –, mas consertar um telhado que provoca uma goteira em uma sala de aula, que impede o funcionamento dela, também é fundamental. Consertar um aparelho de ar-condicionado, que, se não funcionar, inviabiliza a ocupação daquela sala nas condições de arquitetura daquele prédio, também é essencial. Deveriam tentar encontrar uma forma melhor de equacionar essas questões do tempo da Universidade. A respeito do ponto eletrônico, que é a pauta específica da reunião de hoje, observa que a dúvida que o conselheiro Bruno levantou persiste na maioria dos funcionários, pelo menos com aqueles com quem conversou. Há uma grande desconfiança de que qualquer coisa firmada no acordo coletivo depois não venha a ser respeitada. Precisa ser muito bem resolvido, muito limpo para que alguma condição de negociação mais interessante aconteça. A segunda dúvida é com relação à autonomia universitária, que também tem sido levantada como argumento muito forte para rebater a defesa do ponto eletrônico, por isso solicita um esclarecimento da doutora Fernanda. A questão da autonomia é atravessada por dois aspectos, o primeiro é a submissão da Universidade à legislação superior, a doutora Fernanda inclusive citou aqui o caso do Supremo Tribunal Federal, que já deu uma decisão desfavorável a uma universidade federal, esclarecendo a diferença entre autonomia e soberania. Então, a universidade tem autonomia administrativa, mas não tem soberania para se contrapor a uma legislação sob a qual se encontra. A dúvida é se no caso específico de uma universidade paulista, ela também estaria submetida à lei federal que determina o ponto eletrônico para as universidades. Lembrou que quando discutiram a proposta de cotas nos concursos, aproveitaram o índice de 20% que é determinado por lei federal, mas a própria doutora Fernanda informou que não eram obrigados a estabelecer esse índice, porque, na verdade, não serão afetados diretamente por aquela lei; poderiam mudar, mas optaram por seguir dessa forma. Então a primeira dúvida é se de fato a

1 Unicamp é obrigada a se submeter a essa lei federal, sendo uma universidade estadual. Se ela
2 for, acha que o argumento da autonomia fica enfraquecido, porque as instâncias internas da
3 Unicamp, decidam o que decidirem, estarão decidindo autonomamente, sim ou não, pelo ponto
4 eletrônico. Mas, por outro lado, se ela tiver de se submeter a uma lei superior, não cabe o
5 argumento da autonomia; por isso solicita esse esclarecimento, porque é mais um aspecto que
6 precisa ser devidamente limpo para que a discussão flua com mais objetividade. O
7 MAGNÍFICO REITOR diz que solicitou à doutora Fernanda que organizasse um histórico da
8 questão, e essa dúvida apontada pelo professor Renê está envolvida nesse histórico. Após a fala
9 do último conselheiro inscrito, ela fará uma exposição sobre o histórico da questão e os limites
10 que entram nessa discussão, soberania, autonomia, como o estado lida com uma legislação que
11 é federal. São questões que, de alguma forma, ajudam a esclarecer o ponto, embora isso já tenha
12 sido esclarecido várias vezes e exista uma desconfiança permanente. Existe um mal-estar que é
13 difícil de resolver, as pessoas sempre jogam para o campo da política, existe uma avaliação
14 jurídica, então essa questão é complicada, não sabe se vai ser bem resolvida, mas de toda forma,
15 pediu para ela fazer isso. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS diz
16 que quando solicitaram a revisão da deliberação CAD, a PG deu um parecer dizendo que o
17 Consu não era um órgão recursal. O argumento era que quando houve o caso do IFCH, era uma
18 outra modalidade, não envolvia legislação. Nos Estatutos da Universidade, o artigo 48, que
19 constitui as atribuições do Conselho Universitário, em seu inciso primeiro menciona legislação
20 e normas. O item I diz: “avocar por proposta do reitor ou um terço dos seus membros, a decisão
21 sobre qualquer assunto de interesse relevante, incluindo na competência das demais instâncias
22 da Universidade”. A partir desse item, entende que caberia ao Consu, sim, trazer esse item para
23 sua decisão dele, não necessariamente a decisão ficar só na CAD. Esse resultado poderia ser
24 decidido hoje, em vez de deixarem para uma próxima CAD. Na pauta consta o relatório de 2019
25 do primeiro GT, convocado pela gestão anterior, que no item 1-*l* e *m* de suas conclusões coloca:
26 “É importante registrar que os processos de migração para o ponto eletrônico significam uma
27 mudança de cultura institucional, com implicações gerenciais e de comportamento. Sendo
28 assim, é todo recomendável que o processo seja bem planejado, discutido e testado antes de sua
29 ampla implantação”. No item 2-*c*, consta: “Assim, neste particular, o GT entende que há 3
30 alternativas para a Unicamp: i. Manter o registro para todos aqueles que anotam ponto em cartão
31 (situação vigente); ii. Dispensar de anotação de ponto aos dirigentes e superiores e três
32 dispensar a anotação do ponto todos os que ocupam funções com Gratificação de
33 Representação”. O item 5 das conclusões indica: “Considerando-se a complexidade técnica,
34 institucional e política presente na adoção do registro eletrônico, o GT recomenda que seja
35 estabelecido um grupo multidisciplinar para implantação e gestão do ponto eletrônico; a. É
36 necessário um trabalho de esclarecimento e convencimento das lideranças e instâncias
37 gerenciais mais altas da Universidade. Diretores e Coordenadores de Unidades e Órgãos,
38 Coordenadores Técnicos de Unidades, além de outras funções gerenciais críticas precisam ser
39 envolvidas no processo; b. O processo deve ser realizado em etapas, contando com uma fase
40 piloto para teste e aprendizado antes da ampla implementação na Universidade; c. Neste

contexto, a negociação para Acordo Coletivo é de interesse da Universidade, especialmente para implantar o sistema sob a égide da Portaria 373/2011 e para contar com banco de horas; e. Deverão ser elaborados manuais e documentos de referência pela DGRH, padronizando o tratamento em relação às situações que interfiram no cumprimento da jornada: horas extras, atrasos, faltas, abonos de faltas, direitos, deveres e responsabilidade do servidor e da chefia, horário e marcação do intervalo, anotação de ocorrências (...). Nas premissas do documento, consta: “Caso a Unicamp decida pela implantação do ponto eletrônico, o processo deverá passar por transição, escutando-se as partes envolvidas e buscando-se a negociação coletiva, sempre que necessário”. Sobre o controle de jornada, o documento estabelece: “A forma de controle é uma opção do empregador, consoante se observada legislação pertinente [segundo a CLT], podendo ser adotada a modalidade manual, mecânica ou eletrônica”. O professor Wagner Romão citou isso em uma reunião da CAD. Fica muito claro no relatório do GT de 2019, que foi considerado pelo GT executivo atual, que precisa ser uma conversa com todos os entes e com todos os participantes. E, desde que a CAD decidiu pelo ponto eletrônico, nenhuma reunião por parte da Reitoria ou por parte de qualquer órgão da Reitoria foi feita com a comunidade dos servidores técnico-administrativos. Nenhuma chamada para poder explicar o que é o ponto eletrônico, o que é um acordo coletivo, para poder conversar e entender quais são os anseios e preocupações dos técnico-administrativos foi feita. Como o conselheiro Bruno falou, os técnico-administrativos hoje são os únicos, além dos pesquisadores, por enquanto, pelas falas no último Consu, que serão afetados, e eles não foram ouvidos em nenhum momento. Cita em seguida algumas falas que aconteceram na reunião de setembro de 2022, em que constou do Expediente o Inquérito Civil do Ministério Público. O professor Antonio José disse o seguinte: “Estou trazendo para o Expediente para tomarmos cuidado e colocar com antecedência para a comunidade tomar ciência e poder discutir”. Na CAD seguinte, de outubro, discutiram o cronograma de implantação do ponto eletrônico, que foi resultado de um GT, e esse cronograma dava autorização para depois poder assinar o TAC. Nessa reunião, a professora Elaine disse que teriam de fazer e que fosse um movimento tranquilo a implantação, olhando para um cronograma e preparando a comunidade. A professora Heloise disse que prejudica o trabalho de registrar a hora de quem entra e de quem sai. O professor Antonio José disse que a forma de implantar tem de ser com diálogo, não pode ser unilateral. O professor Fernando Coelho falou que primeiro precisam entender o que é o ponto e quais são as ferramentas que serão utilizadas para depois poder conversar com a comunidade. A professora Maria Luiza disse que docentes em regime RTC e RTP podem ter outros trabalhos, mas não podem conflitar os horários. Portanto, desde começo se fala que precisam conversar, que o diálogo precisa existir. Isso era entendimento da bancada, da Reitoria, de todos os que estão aqui, desde o início, mas até agora não houve essa conversa com a comunidade, de ouvir e entender quais são os pontos que afligem, entender realmente qual a preocupação do servidor, por que ele acha que para ele é ruim bater ponto eletrônico, ninguém parou para poder ouvir isso. Se essa conversa não puder ser feita diretamente com o professor Antonio José, que seja indicado qual o órgão que vai conversar com a comunidade, ir a cada unidade e a cada órgão para saber o que está

1 acontecendo. Depois disso, o TAC foi apresentado e assinado em março de 2023; foi a primeira
 2 vez que viram nos documentos do Conselho Universitário ou da CAD o TAC sendo exposto, a
 3 primeira vez que ele vem a público, oficialmente. Então, pergunta, se é de tanto interesse da
 4 Universidade, porque já não demonstraram esse TAC, porque já não o colocaram em
 5 Expediente antes, em uma CAD anterior, se o documento já estava pronto, para que essa
 6 discussão pudesse ter acontecido antes. Esperaram chegar na última hora, sendo que já tinham
 7 ciência do TAC, sabiam que no dia 1º de setembro se esgotava o prazo para apresentar a norma,
 8 mas deixaram para fazer isso no dia 5 de setembro. E a comunidade é “pega de surpresa” com
 9 uma norma pronta sem poder debatê-la de uma maneira mais rica. Faz um questionamento para
 10 a doutora Fernanda, muito em linha ao que o professor Renê falou, sobre até onde a Unicamp
 11 está submetida à legislação federal, e até onde está sujeita aos decretos da legislação estadual.
 12 Os argumentos que achou para poder liberar os docentes de bater o ponto – e observa que está
 13 utilizando outros termos, porque o Esunicamp define que os docentes registram frequência, não
 14 sofrem controle de jornada – vêm do decreto 1590/1995, relativo à jornada de trabalho de
 15 servidores de administração pública federal direta, das autarquias e das fundações públicas
 16 federais. Esse decreto menciona que o docente está dispensado de ponto. Pergunta qual é o
 17 regimento, qual é a norma, no ambiente estadual, que está sendo seguida, ou se nesse ponto vão
 18 seguir as federais, mas precisa ficar claro qual é esse limite. Recebem questionamento o tempo
 19 todo de por que os docentes não vão bater ponto, qual a legislação em que estão amparados,
 20 por que os servidores Paepe têm de bater ponto, por que os docentes em RTC e RTP não vão
 21 bater ponto, se eles têm uma carga horária já bem definida, se eles têm de cumprir uma carga
 22 horária. Entende que os docentes em regime de dedicação exclusiva não precisem bater ponto,
 23 porque eles possuem horários os mais variados, mas não entendem por que RTC e RTP não
 24 precisam bater ponto. São questionamentos que chegam aos representantes, pois a comunidade
 25 não está esclarecida. O Conselheiro MICHEL NICOLAU NETTO começa louvando este
 26 Consu extraordinário, acha que é o primeiro grande momento de discussão sobre o assunto, e
 27 que coletivamente está conseguindo levar o ponto sobre a questão dos trabalhadores e
 28 evidentemente também sobre a questão dos alunos, por conta do ataque sofrido na última
 29 semana. Solidariza-se com o professor Ricardo, acha que é uma sorte da comunidade tê-lo neste
 30 momento, e especialmente com os alunos que foram atacados, inclusive alguns deles do IFCH,
 31 alunos seus e de muitos dos seus colegas. Então se solidariza com esses alunos atacados de
 32 maneira extremamente violenta e injustificável. O IFCH recentemente fez uma série de moções,
 33 então as posições do Instituto são muito bem conhecidas, há uma moção contrária ao ponto
 34 eletrônico, uma moção crítica ao encaminhamento do ponto eletrônico, e na última congregação
 35 o IFCH fez uma carta aberta referente ao ataque sofrido pelos alunos por parte de um professor.
 36 E nessa última carta aberta o IFCH se manifesta em relação a um ponto que queria retomar, que
 37 de certa maneira lhes permite pensar as condições do diálogo. Estão falando muito de diálogo,
 38 e gostaria de se manifestar um pouco sobre as condições do diálogo. O ponto dessa carta é que
 39 a congregação do IFCH faz uma crítica àquilo que ela chama de falsa equivalência. A carta é
 40 sobre o ataque sofrido pelos alunos, e a falsa equivalência é aquela que ouvem em diversos

lugares, que compara a violência sofrida pelos alunos com outras formas de manifestação que são taxadas como violência, algo que também rechaçam. Expressões como “somos todos contra todos os tipos de violência” apenas reiteram a ideia de que os alunos que sofrem violências são violentos, o que é uma falsa equivalência. Quer dizer, de um lado uma pessoa armada de várias facas e de *spray*, e de outro lado, uma pessoa desarmada manifestando aquilo que consideram o seu direito legítimo de tentar fazer com que o seu ponto de vista seja escutado. Então as forças são desiguais, e acha que nas falas da conselheira Aasha e do conselheiro Arlindo isso fica muito óbvio. As forças são desiguais, se um aluno estivesse com uma faca atacando um professor e fosse para uma delegacia, esse aluno, ainda mais um aluno negro, não sairia como vítima, sairia como perpetrante, ao contrário do professor. Ou seja, as forças são desiguais e, portanto, não podem ser consideradas equivalentes. Essa falsa equivalência também está presente nas discussões sobre o ponto eletrônico, que se dá em uma instituição democrática, portanto precisa ser feita a partir do reconhecimento de que em uma democracia os grupos que buscam discutir e lutar pelas suas posições fazem isso a partir de correlação de forças diferentes, algo que também o professor Wagner falou. É parte de qualquer democracia, e a Unicamp é uma instituição democrática, que os grupos com menos poder se utilizem de mecanismos fortes para se fazer ouvir. São parte de qualquer democracia manifestações, greves, piquetes, ocupações, são formas justas e legítimas de os grupos com menos poder se fazerem ouvir. E precisam, para dialogar, reconhecer essas relações de força, essas relações de poder. Muitas vezes indagam porque os funcionários não aceitam uma decisão democrática tomada por uma instância universitária sobre o ponto eletrônico, por que fazem greve, se as votações seguiram seus ritos normais. Seu questionamento é o seguinte: como não conseguem reconhecer que foi votada uma pauta eminentemente trabalhista, apenas sobre o trabalho dos funcionários, com votos de aprovação somente dos docentes. E como podem achar que isso leva os funcionários a entenderem que esse tipo de votação permitiu que a voz dos funcionários pudesse vencer. Pergunta se fosse ao contrário, como os docentes se sentiriam se fosse aprovada uma pauta sobre a forma de controle da sua jornada, apenas com voto das outras categorias, contra todos os votos dos docentes. Provavelmente também se sentiriam em uma posição extremamente fragilizada. Portanto, chama mais uma vez ao diálogo, concordando com que o professor Petrilson falou, entendendo que o diálogo é um reconhecimento sobre o outro, mas também o reconhecimento sobre as condições do outro em participar desse diálogo. Então lhe parece ser um diálogo que deve ser entendido a partir do respeito e do reconhecimento, mas também a partir da ideia de quais são as vidas afetadas pelas suas decisões. O clamor do IFCH é pelo diálogo, pela volta às negociações, para que as pessoas sejam escutadas, mas especialmente para que as pessoas sejam reconhecidas a partir das suas condições em participar desse diálogo, o que significa respeitar as greves, as lutas, as manifestações, buscar a negociação, criar e ajudar a criar as pautas, mas ao mesmo tempo entender que as vozes que devem ser ouvidas prioritariamente são aquelas das vidas que vão ser mais afetadas por todas as decisões que tomam. O Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY diz que o ponto eletrônico não é uma demanda da Universidade, isso foi colocado pelo Ministério Público, que tem como uma

1 de suas funções a fiscalização dos recursos públicos, dos direitos do cidadão, e a Universidade
 2 tem de acatar. Isso traz uma série de desconfortos e questionamentos, mas pessoalmente não
 3 viu qualquer pauta que fosse francamente agressiva aos trabalhadores, no sentido de prejudicá-
 4 los. Com relação à greve dos alunos, teve uma reunião com os representantes dos cursos de
 5 Medicina e Fonoaudiologia, quando começou a paralisação, e algumas demandas foram
 6 atendidas. A discussão foi muito adequada, muito boa, posteriormente eles falaram que haveria
 7 uma assembleia em que iriam decidir o que seria feito, e na assembleia decidiu-se que o curso
 8 de Medicina não pararia. As lideranças, principalmente do centro acadêmico, que eram
 9 favoráveis à greve aceitaram e colocaram uma posição muito adequada, de que apoiariam a
 10 greve mas não parariam, em função da decisão da maioria. O curso de Fonoaudiologia optou
 11 pela paralisação, tiveram uma reunião com eles ontem para atender algumas reivindicações,
 12 inclusive estavam com representantes do Diretório Central dos Estudantes, e foi uma reunião
 13 muito boa, muito adequada, muito propositiva. Entendeu os motivos da paralisação do curso de
 14 Fonoaudiologia e colocou que a sua preocupação dizia respeito, tanto para Medicina como para
 15 Fonoaudiologia, a como fariam a reposição daqueles períodos que ficariam parados. Observa
 16 que tem sido colocada aqui uma posição de que a Universidade é reacionária, é agressiva, mas
 17 não a vê assim, acha que é um ambiente de pluralidade, sem dúvida nenhuma, com opiniões
 18 diversas, mas não é um local intransigente, agressivo. Discorda dessa visão, assim como
 19 discorda da ocupação do Imecc neste momento, que considera desproporcional; ninguém
 20 concorda com atitudes extremas, de agressão, mas cria-se uma condição que acha
 21 desproporcional ao que está sendo discutido e o que estão vivendo neste momento. A
 22 Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que abordará um aspecto que acha
 23 que ainda não foi tocado aqui, e que a preocupa muito. Em primeiro lugar, acha que o tempo
 24 das manifestações é muito interessante, porque ele faz avançar o tempo da Universidade.
 25 Mobilizações fortes fazem a Universidade avançar, e ela é realmente lenta. Mas ao mesmo
 26 tempo em que as manifestações a fazem avançar, também os grupos que estão manifestando
 27 precisam compreender os limites. Já estive em vários lugares como estudante fazendo greve,
 28 pulando catraca, e também já estive em greve como docente. Docente que tenta fazer com que
 29 o tempo da Administração ou o tempo do Governador sejam adiantados. Acha que isso é uma
 30 questão importante, e a grande maioria aqui está de acordo em relação a essa questão, mas se
 31 pergunta sobre esse lugar da Administração: a Universidade decidiu que ela precisa fazer a sua
 32 gestão e conquistou esse direito. Tudo o que existe aqui até hoje é fruto de uma luta histórica,
 33 são coisas não existiam antes, então é sempre luta. A luta continua, ela vai continuar sempre, e
 34 não podem ter medo de empreendê-la. Quando entrou no Consu pela primeira vez, tinha uma
 35 visão e agora tem outra, e às vezes as pessoas a chamam de conservadora. Ainda que não haja
 36 a paridade que alguns setores exigem, ou uma representação um pouco mais distribuída do
 37 ponto de vista quantitativo, esta Administração ou qualquer outra, no passado e no futuro, é
 38 uma administração eleita pela Universidade. Falam como se o Reitor fosse o culpado de tudo,
 39 como se a Administração Superior fosse a culpada de tudo, inclusive a conselheira Aasha usou
 40 muito a palavra “vocês”, mas diz que não; são eles, porque a Universidade escolheu fazer essa

1 gestão autônoma e por camadas. Talvez essa seja a maior crítica à gestão em relação ao ponto
2 eletrônico, porque o andamento da questão não se deu da maneira melhor que gostariam. Acha
3 que foi isso o que aconteceu fundamentalmente, mas precisam entender que todos aqui tentam
4 construir a instituição autônoma, pública, gratuita, socialmente referenciada, e têm lutado por
5 isso. Se foram as greves dos alunos que fizeram o tempo avançar, foi o tempo da Universidade
6 que fez com que isso se institucionalizasse e se tornasse uma lei interna. Então é muito
7 importante que reconheçam isso, e fica pensando o que é ser um administrador dentro da
8 Universidade, o que é ser um diretor, o que é ser um Reitor, o que é ser um Pró-Reitor. Espera
9 que a conselheira Aasha e o conselheiro Arlindo estejam nesse lugar um dia, defende que
10 estejam e espera que a trajetória seja essa. E então vão se deparar com as contradições desse
11 lugar, que são grandes e numerosas. Pergunta qual é o papel dos docentes, e também
12 administradores desta Universidade, porque mesmo que não estejam nos cargos, são
13 administradores dela e têm responsabilidade por cada ação, por cada decisão, e quiseram fazer
14 assim. Cometem erros nesse percurso, é óbvio, qualquer um erra, mas lembra que lutaram para
15 que isso fosse assim, para que a Universidade tenha autonomia, que possa gerir, que tenha essa
16 capacidade de gestão, de tomar as decisões de forma autônoma. A Unicamp demorou para
17 instaurar as cotas raciais, 10 anos depois das primeiras universidades, ela foi lenta. Há certas
18 pautas dos estudantes que são absolutamente legítimas no sentido de adiantar o tempo. O
19 problema do Paviartes, por exemplo, é uma pauta cujo tempo a Universidade precisa adiantar,
20 não é possível; não sabe o que vão fazer, mas é preciso fazer. Acha que a cota trans é diferente
21 e vai precisar de um tempo maior. É importante um compromisso e que as lideranças ajudem a
22 construir nas mediações, ao longo do tempo, porque os discursos que ouvem dão a impressão
23 de que os docentes são os inimigos, mas não são, eles são parte disso. Então espera que
24 consigam adiantar e ir nessa direção. A mesma coisa em relação aos servidores técnico-
25 administrativos; os docentes não são antagonistas deles, existem diferenças de trabalho, há
26 diferença até de proporção numérica, já que os técnico-administrativos são muito mais
27 numerosos. Até por isso precisam ouvir mais essa comunidade, talvez esse tenha sido o grande
28 problema. Destaca que para que possa haver diálogo na mesa de negociação, precisam deixar
29 de lado as acusações, falar que o outro é racista, que o outro é misógino, que o outro quer te
30 impor alguma coisa, isso não vai dar certo. E principalmente dentro da Universidade, pois
31 devem ser exemplo de como se administra, como é a administração pública, gostam de ser
32 exemplo e são esse exemplo. Não podem destruir a imagem da Unicamp perante a sociedade
33 em função dos seus conflitos. Possuem condições de trabalho aqui muito interessantes, existe
34 diálogo, sim, mas erram no tempo, isso é um problema. E é um problema para a Administração,
35 porque ela vive imersa em reuniões, em conversas, em negociações nas diferentes instâncias.
36 Com isso, não há tempo para fazer tudo o que necessitam. Precisa reconhecer que esse modo
37 de administrar leva mais tempo, ele precisa de mais paciência. E esse lugar da Administração é
38 o lugar do Conselho Universitário. Existem instâncias, a Reitoria, os sindicatos, são eles que
39 têm de se ver, porque senão abrem mão dessas instâncias de negociação, e elas são legítimas,
40 são elas que precisam negociar entre si. Está difícil o diálogo, vieram aqui para pressionar pelo

1 diálogo, mas são elas que precisam dialogar, caso contrário estarão retirando a função
2 fundamental de um sindicato, que é a de negociar. Precisam aprender a negociar melhor, não
3 basta fazer o diálogo, o diálogo é pressuposto. Negociar significa aceitar uma coisa, deixar outra
4 para o futuro, outra para trás; se não podem negociar, porque partem de um pressuposto de que
5 não dá para negociar certa coisa, entram em um momento que o professor Michel falou, que
6 são as greves, para tentar abrir a negociação. A Universidade é essa esfera da negociação e tem
7 de ser exemplo em relação a isso, então precisam chegar a um consenso e chegar a lutas. Não
8 é a primeira greve e não será a última dos estudantes e nem dos docentes. Lembra que na última
9 greve de docentes, cujo objetivo era conseguir aumento salarial, discutiram o calendário da
10 DAC nas assembleias, de não ultrapassar muito o tempo para não se prejudicarem. Faz um
11 apelo a quem está de greve atualmente, que pensem no tempo, inclusive a conselheira Aasha
12 levantou muito bem a grande questão, o tempo. Todos precisam finalizar o semestre, há bastante
13 coisa a fazer, então sua solicitação é que suspendam um pouco agora, mas precisam sentar,
14 negociar, para tentarem voltar ao seu tempo, que é um tempo precioso para a produção do
15 conhecimento, para que a Universidade siga sendo esse exemplo de democracia para a
16 sociedade brasileira. Não aceita que digam que os reitores são autoritários, porque até hoje eles
17 têm demonstrado, inclusive reitores anteriores, que são dignos do cargo. Todas essas pessoas
18 que estão aqui na frente são dignas do cargo em que estão; não podem mais continuar com esses
19 ataques para dentro de si mesmos, porque não são autoritários. Têm dificuldades, muitas vezes,
20 de estabelecer o diálogo, mas não são autoritários. Então acha muito importante que
21 reconheçam as diferenças de tempo, as diferenças sociais, as diferenças de força, reconheçam
22 tudo isso, mas que aprendam e ensinem os outros, ensinem o futuro a negociar e a conseguir ter
23 ganhos na luta social. A Conselheira JOANA FRÓES BRAGANÇA BASTOS manifesta sua
24 concordância com a fala da professora Anna. Espera que sua fala seja adequada para este foro,
25 é uma fala de tentar encontros e preservação da democracia, e é direcionada mais aos alunos.
26 Em sua percepção, nada é mais transformador do que o movimento de estudantes, os
27 movimentos sociais organizados e, como disse a professora Anna, que puxam o tempo para
28 frente e trazem mudanças mais rápidas e reflexões que às vezes não estavam na pauta. No
29 entanto, dois aspectos a incomodam um pouco nessa questão do movimento, o primeiro é o fato
30 de as pessoas que estão na Administração serem os alvos, as pessoas que todos são contra.
31 Lembra que a imensa maioria dessa comunidade, como disse a professora Anna, já esteve em
32 greves. Pessoalmente já fez parte de movimento estudantil desde o ensino secundário, foi do
33 centro acadêmico, organizou greves, e a sua trajetória de vida é pela defesa de direitos humanos
34 e de direitos democráticos. Está na Universidade desde 1989 e sabe que a grande maioria deste
35 fórum está aqui também pela defesa da democracia, do conhecimento, da ciência. Precisam
36 prestar muita atenção contra quem realmente estão e a quem têm de estar ao lado para lutar
37 junto. Acredita que essa comunidade está ao lado das demandas dos alunos e dos funcionários
38 muito mais do que contra, mas algumas questões nas demandas a estão preocupando bastante.
39 Por exemplo, demandaram a exoneração do professor que, obviamente, teve uma conduta
40 inadequada, mas não podem fazer isso, aqui não é tribunal de guerra. Qualquer cidadão

1 brasileiro tem direito a ser julgado e direito à defesa; o que devem demandar é que essa pessoa
2 seja julgada adequadamente. Não estão mais na ditadura militar, que entrava na casa da pessoa,
3 achava uma tábua de logaritmo, dizia que a pessoa era subversiva e a levava para a prisão. Não
4 há como não lutarem pelo direito de defesa e pelo cumprimento das instituições democráticas.
5 Outra questão é o “Fora Tom Zé”, uma pessoa que foi eleita, portanto não podem colocar isso
6 para a imprensa, como se quisessem invalidar a eleição que foi realizada. Assim como o “Fora
7 Tarcísio”, que não é uma pessoa do seu agrado, mas foi uma pessoa eleita legitimamente. Viram
8 no que deu no último governo não respeitar as instituições democráticas e o quanto as
9 instituições democráticas os preservaram para conseguirem ter uma eleição democrática e
10 seguir com a democracia no país. Faz um apelo aos alunos e funcionários para que tenham um
11 pouco de percepção das demandas, e ressalta que o tempo da Universidade é um tempo
12 diferente. Para quem já foi gestor, isso é muito difícil, precisam ter paciência institucional, mas
13 com o seu amadurecimento conseguiu entender que essas instâncias são de preservação da
14 democracia, de preservação do gasto do dinheiro público. Não há como de hoje para amanhã
15 se colocar um recurso de vários milhões para construir um prédio em um tempo curtíssimo, isso
16 não existe. Porque os recursos com que trabalham não são da Unicamp, não são do Reitor, são
17 da sociedade, e existem mecanismos de controle. O que podem é tentar acelerar. Precisam
18 perceber que são muito mais iguais do que diferentes, e que todos aqui estão em defesa da
19 ciência, da democracia, da autonomia universitária, e que tomem muito cuidado com a fala que
20 vai para fora, que vai para a sociedade. É importante pensar no que a sociedade está entendendo
21 desses movimentos aqui dentro. Deseja que possam sentar, discutir, como disse a professora
22 Anna, estejam nas mesas de negociação, e na imensa maioria das vezes do mesmo lado, e não
23 de lados opostos. Diz que fica muito angustiada em ver essa polarização, como se estivessem
24 de lados opostos, quando claramente não estão. Então precisam tentar discutir e preservar
25 democracias e instituições democráticas aqui dentro. O Conselheiro FRANCISCO HIDEO
26 AOKI solicita a palavra à professora Silvia Gatti. A Professora MARIA SILVIA VICCARI
27 GATTI diz que tiveram uma assembleia na Adunicamp na sexta-feira, onde foi deliberado apoio
28 tanto aos movimentos dos estudantes, quanto dos servidores técnico-administrativos. Os alunos
29 possuem pautas históricas, muitos dos pontos que ali estão já foram antes e podem ser
30 novamente pautados pela necessidade de aumento, pela necessidade de preservação. A pauta
31 dos estudantes mostra um compromisso que devem ter com o futuro, com os jovens que virão
32 para a Universidade nos próximos tempos, até porque muitos dos alunos que hoje colocam
33 pautas e lutam por elas não poderão mais participar dado o seu período, a questão do tempo,
34 como colocou a conselheira Aasha. Com relação à greve dos servidores, o conselheiro Matheus
35 Marcheti fez uma fala organizada, pausada, com argumentos e com solicitações de resposta da
36 Reitoria ao que se está discutindo hoje, que deveria ser ponto principal, que é a questão do
37 ponto eletrônico. Ele traz observações importantes que indicam o porquê de estarem aqui hoje,
38 porque foi tão longo esse processo. Houve falta de diálogo, posições aguerridas e
39 posicionamentos políticos por outras intenções, mas estão aqui hoje porque os servidores
40 técnico-administrativos da Universidade querem o diálogo, foram buscar as assinaturas dos

1 membros do Conselho Universitário para que viessem aqui discutir o ponto eletrônico. O papel
 2 da Adunicamp nesse processo, desde o início, é o de ouvir, de tentar falar, tentar negociação, e
 3 conseguiram sentar em uma primeira reunião, houve sim uma resposta e uma tentativa de
 4 negociação, ou de iniciar uma possível negociação, pois só por aí as coisas podem acontecer,
 5 não há outra saída. A Reitoria chamou a Adunicamp e o STU, infelizmente as negociações não
 6 progrediram, mas a assembleia da Adunicamp mais uma vez reiterou que podem tentar fazer
 7 esse papel de sentar e conversar, para poder falar, poder ouvir, trazer pontos positivos, pegar
 8 esse histórico que o conselheiro Matheus mostrou, criar uma pauta de discussão que assegure
 9 novos acordos coletivos positivos, é o que a Adunicamp tem tentado fazer. Continua colocando
 10 a Aduicamp na posição inicial, como aquela que pode sim e quer tudo o que todos estão
 11 falando, o diálogo, a negociação. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA
 12 HASHIMOTO passa a palavra para a acadêmica Patrícia. A Acadêmica PATRÍCIA
 13 KAWAGUCHI CESAR se apresenta como coordenadora geral da Associação de Pós-
 14 Graduação – APG, e esclarece que não fala aqui pelo DCE. Diz que é doutoranda na Faculdade
 15 de Educação e professora em uma escola municipal na região do Campo Belo. Tranquiliza todos
 16 os docentes que têm preocupações com possíveis prejuízos acadêmicos da greve; esteve na
 17 greve de 2016, era do comando de greve, fazia piquete etc. e não teve prejuízos acadêmicos, a
 18 única dificuldade foi que precisou trocar de orientação no TCC. Mas o professor Hashimoto a
 19 acolheu, ela se formou na época em que tinha de se formar, entrou no mestrado, entrou no
 20 doutorado, então a greve não traz prejuízos acadêmicos. Pelo contrário, são oportunidades
 21 muito grandes de os estudantes conversarem, discutirem, fazerem trocas entre os cursos, o que
 22 não é possível quando estão correndo com aulas, monitorias, estágios etc. Diz que a APG
 23 também entrou em paralisação, após uma assembleia com mais de quinhentas pessoas na
 24 quinta-feira passada, e localmente os representantes discentes, as APGs locais e o conjunto de
 25 estudantes da pós-graduação estão se mobilizando para discutir as suas pautas específicas, o
 26 que também é muito importante e fortalece a pós-graduação. Então, com certeza, o movimento
 27 estudantil na pós-graduação vai sair fortalecido disso. Vão apresentar uma carta com a
 28 sistematização de todas as demandas para a PRPG, que já sinalizou que vai abrir o diálogo.
 29 Comenta que faz parte do coletivo Anura, que é o coletivo de pessoas asiáticas da Unicamp,
 30 que inclui pessoas asiáticas amarelas e marrons. Sempre é citado o caso do Instituto de Artes,
 31 em que um professor foi racista, e não tem como não falar que o professor foi racista. Se
 32 quiserem processá-la, podem processar, porque sabem que o assédio jurídico é muito usado
 33 para silenciar as minorias, para que as pessoas tenham medo de ser processadas e por isso não
 34 se manifestem. Mas isso aconteceu, e todos colocam a reação dos estudantes como violenta,
 35 porém pergunta se alguém aqui foi ver a situação dos estudantes que estavam na aula desse
 36 professor. Diz que estava na reunião organizada pelo Caia no Instituto de Artes e viu como os
 37 estudantes asiáticos estavam abalados; como os estudantes negros, que também foram
 38 silenciados nessa aula do professor, estavam abalados. Viu os estudantes do Instituto de Arte
 39 falando que não dava mais para aguentar essa situação, porque os casos de racismo lá têm sido
 40 constantes. E isso é constante desde que era estudante no Instituto de Artes. Quando estava na

1 APG do Instituto de Artes, tentaram fazer uma mediação seguindo a Câmara de Mediação
2 criada pela Reitoria, e o que aconteceu foi que o professor simplesmente falou que não queria
3 dialogar com os estudantes. Também tentaram fazer várias atividades de conscientização, mas
4 o que acontece é que sempre quem deveria estar nelas não comparece, quem é racista,
5 LGBTfóbico, capacitista não participa dessas formações. E o que acontece é que ninguém vê a
6 violência que esses estudantes sofreram, mas todo mundo vê essa suposta violência que foi a
7 reação dos estudantes. É muito triste quando falam que os professores estão com medo de terem
8 sua aula piquetada, de cometer algum deslize, isso dói, porque é muito mais fácil se colocar ao
9 lado dos racistas do que se colocar ao lado de quem está sofrendo as opressões dentro da sala
10 de aula, que deveria ser um ambiente em que os estudantes não passem por isso. Então não é
11 bem assim, de que um dia para outro um grupo de estudantes vai lá impedir o professor de dar
12 a aula. Isso acontece quando os estudantes são silenciados, quando fazem uma tentativa de
13 diálogo e ele não acontece. Ninguém vai lá fazer piquete, impedir a aula, porque acha legal,
14 porque é divertido; é estressante, desgastante, e os alunos têm medo de ser punidos, de sofrer
15 perseguições, é por isso que os estudantes usam máscara, para que diminuam a chance de serem
16 perseguidos depois. Cita o caso do ex-professor Popov, que está processando estudante da greve
17 de 2016 e ganhou na justiça uma indenização. Ele nem é mais professor aqui, foi embora em
18 2020 e ganhou uma indenização, algo absurdo, então é por isso que os estudantes sentem medo
19 de serem perseguidos, sentem medo de se manifestar, é por isso que usam máscara para se
20 proteger. Todos veem somente o lado do professor, que também precisa ser visto, mas ele não
21 pode se furtar ao diálogo. A gestão da APG já discutiu esse caso e tirou o posicionamento de
22 que defende integralmente os estudantes, que é contra toda a forma de perseguição aos
23 estudantes e ao movimento estudantil. Ainda não tiveram tempo de soltar a nota em apoio aos
24 estudantes do Caia, devido aos últimos acontecimentos, mas deixa claro isso aqui. E também
25 concorda com quem falou que é importante ter cuidado com o que se coloca para a sociedade,
26 realmente é importante ter esse cuidado, porque a Reitoria fica sistematicamente colocando os
27 estudantes como violentos, e isso não está correto. Acha que não é isso que a Reitoria deveria
28 passar para a sociedade. Sobre a questão do ponto eletrônico, a APG também defende que o
29 STU, enquanto entidade representativa dos funcionários técnico-administrativos, seja ouvido.
30 Que seja realmente discutida essa questão, que tenha um debate e que se for necessário que seja
31 colocado para a votação. Porque só colocar como Expediente também não muda nada, o
32 entendimento é que o STU queria que estivesse aqui como Ordem do Dia, e não só como
33 Expediente. O Conselheiro HUGO ENRIQUE HERNANDEZ FIGUEROA diz que o professor
34 Pagan citou a reunião ocorrida com os estudantes na Feec, e destaca que o diálogo é
35 fundamental em todos os aspectos, sendo a base do diálogo o reconhecimento mútuo. A visão
36 que possuem dentro da Faculdade é trabalhar em parceria, e com isso em mente convocaram
37 uma CI extraordinária e convidaram os estudantes para discutir qual seria a postura da
38 Faculdade. Chegaram a um consenso de suspender as aulas totalmente e aproveitar esse período
39 para conversar sobre essas reivindicações, sobre os problemas existentes. Fizeram um
40 cronograma, a primeira reunião ocorreu ontem, a que foi mencionada pelo professor Pagan,

1 hoje às 14 horas haverá outra reunião, são reuniões que, a princípio, não têm hora para terminar,
2 e deverá haver uma terceira ainda amanhã. Nessa questão de reconhecimento, é possível
3 perceber como existe um desconhecimento de ambas as partes, dos professores com relação aos
4 alunos, e dos alunos com relação aos professores. Isso fica evidente, inclusive, quando eles
5 colocam alguns aspectos, que eles realmente fazem por desconhecimento. Os docentes são
6 cientistas e educadores, e se olharem a Unicamp como uma empresa, são responsáveis por gerar
7 dois produtos: conhecimento e recursos humanos. Nesse sentido, é necessário informar, educar,
8 pois muitos dos alunos, em várias das suas colocações, deixam evidente que eles desconhecem
9 como funciona a Universidade, como funcionam vários aspectos que são óbvios para os
10 docentes, mas para os estudantes não. Então, é necessário esclarecer, educar, nesse processo de
11 diálogo. Tem constatado frequentemente que os estudantes não conhecem o que os docentes
12 fazem. Quando encontra ex-alunos e pergunta a eles sobre a sua experiência universitária,
13 constata como não têm noção da carreira que possuem, que são cientistas, têm uma carreira,
14 uma série de desafios e compromissos. Muitos estudantes os veem mais na função de sala de
15 aula, de interação direta em termos de ensino. Esses esclarecimentos são fundamentais, acha
16 que um conhecimento mútuo é importante; na questão da parceria há bônus e ônus, nessas
17 discussões querem chegar a alguns acordos, e esses acordos passam pela participação dos
18 estudantes nesse processo. Muitas das reivindicações são realmente válidas, há a questão do
19 tempo, então o diálogo está apontando para que tenham ações concretas que envolvam a
20 participação também dos estudantes. E que juntos acompanhem esse processo e que percebam
21 a dificuldade que enfrentam para atender a muitas dessas reivindicações, por exemplo, quanto
22 à infraestrutura e outros aspectos. O Conselheiro NELSON FILICE DE BARROS solicita a
23 palavra para o representante do STU. O senhor EDUARDO FAVARÃO GEMIS diz que
24 representa a categoria dos funcionários técnico-administrativos, é um diretor sindical novo e
25 quer construir a sua trajetória baseada em equilíbrio, moderação, valorização das negociações,
26 da democracia e também algo muito importante que é a honestidade intelectual, porque existe
27 um estereótipo do diretor sindical que é bagunceiro, que é violento etc. Destaca que existe uma
28 crise na Universidade, é algo evidente para todos e todas aqui presentes, e desejam ajudar a
29 solucionar essa crise, achar soluções que contemplem todas as categorias. Estão em greve
30 unificada com os estudantes e entende que o ponto eletrônico agrava essa crise, agrava um
31 cenário que já vem se estendendo por anos, de desgaste nas relações de trabalho. Mas não só
32 isso, o ponto eletrônico vem trazer outras coisas, pois ele está inserido em um cenário maior,
33 que é de precarização do serviço público, terceirizações, privatizações. E isso não afeta somente
34 os estudantes e os funcionários, mas também os docentes. O ponto eletrônico vai trazer
35 problemas de gestão, porque existem problemas de gestão que não foram resolvidos e
36 pretendem resolver com ponto eletrônico, mas ele não é a resposta, não é a solução. Se
37 eventualmente existem problemas de controle de frequência, isso é um problema de gestão; a
38 Universidade possui um sistema de controle de frequência que funciona, exceto se os gestores
39 não aplicarem, não desempenharem seu papel. Chama a atenção da Administração Central que
40 a proposta é cooperar na solução dos problemas da Universidade. Entendem que a narrativa que

1 está sendo colocada é que o Ministério Público está obrigando a Unicamp a instalar o ponto
2 eletrônico; na verdade, as narrativas são instrumentos de poder, o que importa mesmo são as
3 intenções, que são as chaves para entenderem a conjuntura. Existem algumas contradições;
4 abre-se um precedente, abrindo-se mão da autonomia universitária, isso está inserido nesse
5 cenário de precarização de serviço público, de terceirização, e não afeta só os docentes e os
6 funcionários. Como o conselheiro Bruno mencionou, existem pessoas de mau caráter e pessoas
7 de bom caráter em todas as categorias. Preza pela honestidade intelectual, por isso não pode
8 cometer a falácia de generalizar, mas também não pode deixar de representar sua categoria,
9 como está representando aqui, que nele confiou a tarefa de pedir para que a Reitoria se retrate
10 de ter igualado o atentado que houve contra o estudante negro a uma suposta violência cometida
11 pelos movimentos de greve dos servidores e dos alunos. Diz ser solidário ao diretor do Imecc,
12 que utilizou a palavra “insalubre”, e observa que a classe trabalhadora, não nesse cenário de
13 exceção, mas no seu cotidiano, trabalha em ambientes insalubres, têm muita experiência com
14 isso, estão acostumados a lidar no dia a dia. Termina a fala com um testemunho pessoal: está
15 lotado no Instituto de Física, foi estudante no Cotuca e do IFGW, tendo sido aluno da professora
16 Mônica Cotta, a quem admira muito e que fez o possível para fazer um bom trabalho no
17 Instituto. Muitos aqui disseram que participaram dos movimentos estudantis, e sua trajetória foi
18 justamente o contrário, era alienado, nunca participou de nada do tipo nem no Cotuca, nem na
19 Unicamp, e mesmo como funcionário, a única greve de que participou foi a de 2018. Está mais
20 presente nos movimentos hoje, como diretor sindical desde 2018, e aconteceu algo hilário que
21 relata a precarização do serviço público. Tem um colega do CCS que está mesmo setor, dando
22 uma atenção no equipamento que custou na época cerca de R\$1 milhão. Diz que consertou esse
23 equipamento por várias vezes e ele é um equipamento avançado, e pergunta se não seria desvio
24 de função, porque não é técnico de manutenção da empresa, mas quer prestar o melhor serviço
25 possível para os usuários do laboratório. O que fez uma pessoa alienada como ele, na época,
26 atuar no ambiente político, no meio sindical, foi passar nove anos de assédio moral no seu setor.
27 Nem sabia o que era assédio moral até que um colega comentou que se estivesse em seu lugar,
28 faria uma denúncia de assédio moral. E o ponto eletrônico vem como uma ferramenta para
29 ampliar esse cenário de assédio moral na Universidade, que é muito grave. A única forma que
30 viu de resolver a situação foi entrar para o movimento sindical, e está muito feliz atuando como
31 dirigente sindical. Acha lamentável essa situação e destaca que ela está em toda a Universidade,
32 porque como dirigente sindical tem experiência de ouvir testemunhos de muitos trabalhadores.
33 Isso não afeta só os trabalhadores, não afeta só os estudantes, afeta também a pesquisa e o dia
34 a dia dos docentes; gostou de muitas falas feitas aqui, e espera que todos aqui tenham
35 consciência do cenário que está posto e a gravidade da situação. A Universidade está sofrendo
36 muito com precarização, com falta de funcionários, e o ponto eletrônico vem agravar essa
37 situação. Muitos funcionários inclusive estão pedindo demissão, como o pessoal de TI, portanto
38 há vários problemas na Universidade, e ao colocarem um ambiente mais tóxico ainda, isso vai
39 agravar mais esse quadro. Espera que todos tenham consciência e se posicionem a favor dessa
40 causa, também à causa dos estudantes, já que a greve está unificada e diz que são solidários à

1 causa deles também. Cita uma das últimas reuniões que tiveram em que foi prometido um
 2 agendamento de reuniões para a negociação de pauta específica. Como o professor Hugo
 3 Figueiroa disse, os docentes têm carreira, mas os servidores não têm carreira propriamente dita,
 4 então a carreira é um dos assuntos da pauta específica. Solicita especialmente aos docentes que
 5 ouçam seus pares e deem o devido crédito para que sejam implementadas as políticas
 6 necessárias, que haja diálogo. Foi pedida uma suspensão de seis meses que está prevista no
 7 TAC, não estão pedindo nada além, e até estão recuando, porque a posição da Assembleia era
 8 de “não ao ponto eletrônico”. Então pedir a suspensão por seis meses dentro das vias legais é o
 9 que podem fazer no momento. Também foi dito que a assembleia dos trabalhadores precisa
 10 delegar aos seus representantes que negociem com a comissão da Reitoria, não com o Reitor
 11 propriamente dito, mas a assembleia está indignada. Diz que não consegue levar para a
 12 Assembleia a proposta de negociar com uma comissão da Reitoria, querem que seja diretamente
 13 com o Reitor, e pergunta qual o problema do Reitor em recebê-los. Estão dispostos ao diálogo,
 14 suas manifestações são pacíficas e existem pessoas de bom caráter e mau caráter, mas está aqui
 15 representando institucionalmente. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA registra sua
 16 solidariedade ao pessoal do Imecc, principalmente ao professor Ricardo, que sempre atuou em
 17 defesa dos estudantes, sendo testemunha disso. Lembra que todos os docentes do Imecc não
 18 são o docente em questão, como ouviu em muitos grupos de WhatsApp. Outro problema que
 19 vê, e que resvala um pouco até indiretamente na fala do senhor Eduardo, é que muitos docentes
 20 acham que têm cátedra na Universidade e por isso eles são imunes a regimentos e normas.
 21 Quando um coordenador de graduação diz que não pode fazer nada em relação ao que um
 22 docente faz dentro da sala de aula, ele não está cumprindo a gestão que lhe foi confiada. Existem
 23 normas, e se elas estão sendo infringidas, é dever desse gestor fazer essa atuação paulatinamente
 24 junto às pessoas, para evitar comportamentos mais peculiares no dia a dia, que veem às vezes
 25 acontecendo. Isso se chama planejamento, para evitar que o conflito apareça, e acha que isso é
 26 uma das coisas a que realmente têm de estar atentos, independentemente da categoria aqui
 27 dentro da Universidade. Existem normas, regimentos e instituições que precisam ser
 28 respeitadas. Com relação aos alunos, acredita que eles têm uma pauta justa em muitos pontos.
 29 Como docente e mãe, tem vergonha de escutar os alunos pedindo um espaço de amamentação
 30 dentro do Instituto e não ter pensado nisso antes. Então há pautas que são justas e há pautas que
 31 transcendem a Universidade, mas nada impede que a Universidade, enquanto instituição, apoie
 32 essas pautas extramuros. Inclusive acabou de passar para o senhor Matheus uma pauta que ele
 33 disse que já está sendo discutida, que é a questão que o Plano Nacional de Educação prevê
 34 milhares de doutores sendo formados em dez anos, mas não prevê onde eles serão inseridos.
 35 Porque a inserção desses em universidades e *campi* de instituto federais está se esgotando e
 36 precisam criar dentro da sociedade não apenas *startups*, como respondem muitas vezes, mas
 37 criar mudanças de cultura. Isso é uma atividade que a Universidade pode fazer e da qual ela não
 38 pode se eximir. Essas pautas têm esse dever de alertá-los e lembrá-los disso. Não quer dizer que
 39 devem mexer nas bolsas, mas, por exemplo, o Rio de Janeiro tem dificuldades com alunos
 40 porque o custo de vida é muito alto e as bolsas têm o mesmo valor em todo lugar. São Carlos

1 atraí mais que Campinas, porque Barão Geraldo é caro. Então essas coisas precisam ser
2 discutidas, e relata que tiveram um diálogo bem cordial com os alunos. Propuseram cancelar as
3 aulas, e inclusive alguns docentes perguntaram se ela poderia suspender as aulas, ao que
4 respondeu que não sabia se poderia, mas é o que se deve fazer nesse momento para respeitar.
5 Em contrapartida, os alunos estão se organizando para evitar os piquetes e as manifestações
6 dentro do *campus*, porque a prova unificada de pós-graduação de Física está acontecendo esta
7 semana, e qualquer perturbação de piquetes ou coisas assim poderia prejudicar os alunos. Então
8 foi um diálogo que teve uma convergência, isso é importante e é o que devem buscar. Sobre as
9 cotas trans, já falou para os alunos que é totalmente a favor da implantação de um GT para que
10 isso seja analisado; é isso o que os alunos solicitam, um GT, e acha que não custa sentar e falar
11 sobre o assunto. Inclusive agradece aqui a educação que teve e diz que a diversidade é uma
12 fonte importante: há dentro do IFGW pessoas ativistas da comunidade trans com quem
13 aprendeu muito. Inclusive com uma delas, a Ira Bernardes, sempre dialoga para entender os
14 problemas. Entende a fala da conselheira Aasha e a frustração que ela tem, até porque nem o
15 nome social têm implantado de forma correta na Universidade, mas é preciso fazer as coisas
16 aos poucos para não atropelar o processo. Como a professora Joana falou, existe um processo
17 devido, não podem ser carrascos, devem fazer cumprir as normas, em todas as instâncias, seja
18 no dia a dia, seja em problemas mais graves. Com relação ao ponto eletrônico, diz que se vê
19 representada na fala do professor Petrilson, de que a CAD é o fórum para que discuta e rediscuta
20 isso e sejam feitas alterações, caso necessário. E também na fala do senhor Bruno, a quem
21 respeita muito, sobre as expectativas, inseguranças e os receios da comunidade Paepe, pela falta
22 de representatividade que houve na discussão até o momento. Entende que isso não é uma coisa
23 que tenha de passar necessariamente pelo STU e pela Adunicamp enquanto órgãos
24 representativos, porque muitos funcionários não se veem representados nas pautas. Uma dúvida
25 com relação ao acordo coletivo, por exemplo, foi no momento em que o STU não atendeu ao
26 acordo do vale-refeição, no passado, que era uma pauta que muitos funcionários queriam. Então
27 existe esse dilema e a inclusão da consulta, como foi feito no segundo GT da Carreira Paepe, é
28 salutar para todos, inclusive os diretores se manifestaram várias vezes contra alguns pontos
29 específicos com os quais não concordam. Existe uma necessidade de diálogo e lembra que
30 quando não há convergência, é responsabilidade da gestão tomar essa decisão após passado
31 algum tempo sem que se chegue a uma solução convergente. Falam que o ponto eletrônico é
32 anacrônico, mas rebate que o cartão de ponto de hoje é anacrônico, porque a comunidade é
33 diversa. Na área da Saúde existem 200 servidores sob uma única chefia, os órgãos centrais têm
34 equipes imensas, enquanto nas unidades chega a haver um funcionário sob a chefia de um
35 docente, portanto algo completamente anti-isonômico. Como cientista de Exatas, acha que
36 precisam de dados para entender inclusive os gargalos, onde é preciso contratar primeiro, por
37 exemplo. Os recursos são finitos, mesmo que tenham muito, precisam ter prioridades. Pergunta
38 onde os bancos de horas estão dizendo que os funcionários têm de ficar muito tempo fora de
39 horário para cumprir a necessidade institucional; isso é um indicativo. Como saber se um gestor
40 não está fazendo algo, o banco de horas, o ponto eletrônico pode dar essa norma. Ao mesmo

1 tempo, nada impede que discutam outros processos mais modernos, inclusive a semana de
 2 quatro dias; uma coisa não impede a outra, um avanço em uma direção não impede o outro.
 3 Sugere ao senhor Eduardo que faça uma denúncia, se há algum problema de assédio, para que
 4 possam investigar, pois não podem investigar se não há elementos concretos para verificar.
 5 Precisam lembrar que há um mundo lá fora, então muitas das pautas, como permanência e tudo
 6 mais, a Unicamp já atende; ela é a universidade que mais gasta em permanência, ela acabou de
 7 criar a Deape, e quando os alunos pedem apoio psicológico pago pelo Instituto, entende que
 8 precisam, mas os recursos não podem ser usados para isso, até porque outras pessoas lá fora
 9 não têm. Quem está na Universidade privada não tem, então as pautas têm de ser progressistas
 10 para puxar a sociedade, mas não para ter uma reação como houve aqui no Brasil e como está
 11 havendo na Argentina. O ponto eletrônico não é o vilão da história. O Conselheiro FLAVIO
 12 HENRIQUE BAGGIO AGUIAR discorda um pouco da fala do conselheiro Bruno de que há
 13 poucas pessoas aqui que irão utilizar o ponto eletrônico, uma vez que todos os diretores aqui
 14 presentes representam uma série de funcionários Paepe e estão aqui para defender os direitos
 15 desses funcionários. Os diretores foram escolhidos em uma eleição com votos de docentes, de
 16 discentes e de servidores Paepe, portanto os representam também, e estão aqui para isso. Em
 17 relação à instalação do ponto, tem dúvida se é mais nocivo não instalar o ponto e esperar o
 18 Ministério Público agir da forma que ele achar mais conveniente ou simplesmente entrar em
 19 um acordo. Pergunta, como representante dos servidores da FOP, se não seria melhor tentar
 20 entrar em um acordo e fazer isso de uma forma melhor. Então faz um apelo aqui ao sindicato e
 21 também aos membros do sindicato que estiveram na FOP para que haja esse acordo e tudo volte
 22 à normalidade. Em relação ao outro assunto que não está em pauta, mas que foi colocado agora,
 23 que é a paralisação estudantil, vai muito ao encontro das falas das professoras Anna Bentes,
 24 Mônica e Joana: toda a pauta é legítima, mas discorda seriamente da forma como isso está
 25 acontecendo. É contra qualquer tipo de violência e o que está acontecendo no Imecc hoje é uma
 26 violência. É simplesmente tirar o direito de ir e vir das pessoas que ali convivem, ali trabalham,
 27 e acha que não é possível isso acontecer nos dias de hoje. Então sugere que as pautas sejam
 28 discutidas, há fóruns para isso, e os diretores também representam os alunos que estão nas suas
 29 unidades. Observa que a maioria das conversas que teve com a Reitoria e com os pró-reitores
 30 foi para discutir problemas de alunos na FOP, inclusive de permanência. Está atento a tudo o
 31 que acontece com os discentes, para que eles possam ter as melhores condições possíveis para
 32 o ensino. Mas simplesmente paralisar um instituto, culpar um instituto, acha que é muito ruim
 33 e é uma forma violenta também, portanto deveriam repensar o que está acontecendo no Imecc;
 34 solidariza-se com o professor Ricardo e com todos aqueles que estão prejudicados na Unidade.
 35 Precisam valorizar todas as conquistas que tiveram nesta gestão, uma delas é o aumento de
 36 investimentos na permanência estudantil; houve este ano ainda a aquisição de um terreno para
 37 ampliação da moradia, e outras ações que vêm acontecendo e não podem simplesmente ser
 38 esquecidas e colocado que esta gestão não trabalhou em prol dos estudantes. Precisam valorizar
 39 tudo o que aconteceu, e daqui para frente pensar como melhorar ainda mais, mas de uma
 40 maneira civilizada, com todos os atores discutindo isso. O Conselheiro HERNANDES

1 FAUSTINO DE CARVALHO diz que é bastante sensível à causa dos alunos, assim como à
 2 causa dos servidores, mas também se sensibiliza com os administradores, que estão lidando
 3 com esta situação bastante delicada. Sobre a situação do Imecc, também é muito sensível e
 4 concorda com o que o professor Flavio acaba de dizer. Esta reunião serviu para conhecerem
 5 bastante o caso e gostaria de retomar uma proposta que os diretores já tinham feito, de atuarem
 6 como mediadores. Poderiam fazer esse trabalho, caso seja desejo dos dois grupos dos
 7 contendores do caso, no assunto do ponto eletrônico, que mereceu esta reunião extraordinária
 8 e merece atenção no sentido de alinhar os documentos existentes: há a minuta da CAD, as notas
 9 da Reitoria, há alguns pontos que estão soltos nesse meio de campo ainda, mas que poderiam
 10 ser trabalhados para chegarem a uma proposta que atenda às demandas dos funcionários. O
 11 MAGNÍFICO REITOR diz que, como já mencionou em momentos anteriores, existem pontos,
 12 que a doutora Fernanda já tratou, que não são possíveis sem o acordo com o sindicato. Há coisas
 13 que são possíveis, aquilo com que já se comprometeram pode ser incorporado na norma, e
 14 eventualmente outras coisas podem ser discutidas e ser incorporadas na norma. Considera que
 15 o melhor caminho é fazer as duas coisas, se isso deixar a comunidade mais tranquila; essa
 16 possibilidade existe, e reafirma que não tem nada contra os diretores participarem. As restrições
 17 que possuem são em relação ao calendário de implantação e em relação à própria implantação,
 18 elas estabelecem uma fronteira que não possuem a disposição de ultrapassar. Talvez fique clara
 19 a motivação disso na apresentação que a doutora Fernanda fará na sequência. A Doutora
 20 FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que preparou alguns *slides* para facilitar
 21 a visualização do histórico do assunto, que não é pequeno. O assunto do ponto eletrônico aqui
 22 na Universidade, mais recentemente, começou em fevereiro de 2019, quando foi instituído um
 23 grupo de trabalho pela Portaria GR-15/2019, para estudo e implantação do ponto eletrônico em
 24 toda a Universidade. Houve uma alteração na composição desse GT em março e finalmente
 25 houve a inclusão do relatório final desse grupo de trabalho no expediente do Consu em agosto
 26 de 2019. Logo na sequência, foi feita uma outra portaria, em 2 de setembro, a Portaria GR-
 27 81/2019, que designou um grupo para implantar o controle de ponto, um grupo que já teria
 28 funções de implantação do ponto eletrônico na Universidade. É claro que com a pandemia e
 29 com tudo que ocorreu a partir de março 2020, isso foi deixado de lado e não teve
 30 prosseguimento. Em 20 de junho de 2022, o Ministério Público de São Paulo instaurou o
 31 inquérito civil público com dois fundamentos: a compra de 47 equipamentos de pontos
 32 eletrônicos que não foram utilizados no HC e a ausência de ponto eletrônico na Universidade.
 33 Inclusive o Ministério Público cita o fato de que a Universidade estava estudando a implantação
 34 do ponto eletrônico em 2019 e que isso foi paralisado. Em 21 de junho, o MP notificou o Reitor
 35 questionando quando a CAD iria deliberar sobre efetiva instalação do ponto eletrônico. Foi
 36 agendada uma reunião com o Ministério Público no dia 3 de agosto e o doutor Ângelo do MP
 37 propôs a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta com a Universidade para a
 38 implantação. A Procuradoria Geral emitiu um parecer em agosto, recomendando a celebração
 39 do TAC. O ponto eletrônico é uma medida administrativa, de gestão, de controle de frequência,
 40 disseminada na Administração de modo geral e adotada por vários órgãos. O promotor deu um

1 prazo de 30 dias para que a Universidade respondesse se iria celebrar o TAC ou não, prazo esse
 2 que findou em 1º de setembro de 2022. Como não havia essa decisão, foi solicitada prorrogação
 3 do prazo, e no dia 6 de setembro a proposta de celebração do TAC foi incluída no Expediente
 4 da CAD, para a primeira ciência da Câmara. Dia 9 de setembro, foi instituído um GT, através
 5 da Portaria GR-94/2022, para discutir e apresentar um possível cronograma de implantação do
 6 ponto na Universidade. Esse relatório foi incluído na CAD do dia 4 de outubro e foi aprovada
 7 por 18 votos favoráveis e 03 contrários a celebração do TAC, então foi aprovado cronograma
 8 para isso. Dia 5 de outubro era o fim do prazo junto ao Ministério Público para responder se a
 9 Unicamp iria celebrar o TAC ou não, foi enviado um ofício informando o resultado da CAD e
 10 o cronograma aprovado. Dia 18 de novembro receberam a primeira minuta de TAC do
 11 Ministério Público, basicamente refletindo o cronograma aprovado pela CAD. Então, o que a
 12 CAD aprovou como cronograma foi colocado no TAC, além disso, nesse mesmo ofício, para
 13 explicar o porquê do atraso entre a primeira minuta e, de fato, a celebração do TAC, o Ministério
 14 Público pediu mais informações à Instituição. Dia 20 de dezembro, a Universidade oficia o
 15 Ministério Público, concordando com a celebração do TAC nos termos propostos, informando
 16 que já estava criando um GT executivo para a implantação do ponto. Em fevereiro de 2023, foi
 17 instituído esse grupo executivo, através da Portaria GR-14/2023, com subgrupos temáticos
 18 representados por todas as áreas, centros e núcleos, unidade de ensino e pesquisa, área da Saúde,
 19 área administrativa e TI. No dia 8 de março, receberam do MP uma nova versão do TAC,
 20 discutiram os termos e, finalmente, no dia 13 de março, foi assinado o Termo de Ajustamento
 21 de Conduta, o doutor Ângelo veio até aqui e assinou. Isso foi homologado pelo Conselho
 22 Superior do Ministério Público de São Paulo dia 19 de abril, e em agosto foi elaborada a
 23 proposta de minuta de deliberação da CAD que foi aprovada depois pelo GT. Dia 10 de agosto,
 24 até por conta da demanda que veio com a proposta do governo federal, de outra forma de
 25 aferição de frequência, fizeram uma reunião com o Ministério Público, por duas razões:
 26 informando que a data da CAD não ia ser compatível com a data prevista no TAC, e
 27 questionando sobre o impacto da norma federal para o TAC. Foi feita uma ata e o doutor Ângelo
 28 informou que não havia impacto algum no Termo de Ajustamento de Conduta, e concordou
 29 com o prazo informado por conta da reunião pré-agendada da CAD. Dia 1º de setembro foi
 30 encaminhado ofício ao Ministério Público, informando que a minuta foi colocada na pauta da
 31 CAD e que o resultado seria encaminhado dia 6 de setembro. Dia 5 de setembro foi realizada a
 32 CAD, que aprova o controle eletrônico de jornada para os servidores, por 16 votos favoráveis,
 33 07 contrários e 03 abstenções. No dia seguinte, tal como havia combinado, o ofício foi enviado
 34 informando ao MP que a deliberação da CAD foi aprovada. No mesmo dia, representantes do
 35 Consu apresentaram um recurso para a suspensão da implantação do ponto eletrônico e
 36 suspensão do item 01 da pauta da CAD do dia 5. No dia 12 de setembro, é publicada no DOE
 37 a Deliberação CAD-10/23, e na mesma data é enviada a norma para o Ministério Público. Dia
 38 14 de setembro, o STU encaminhou ao MP pedido de reunião para discutir os termos do TAC
 39 celebrado, afirmando ter identificado diversas irregularidades no processo. No dia 18 de
 40 setembro, o MP se manifesta quanto ao pedido do STU, repudiando as alegações de

1 irregularidades na celebração do TAC e rejeitando qualquer possibilidade de alteração do
2 documento. Então, o próprio STU demandou ao Ministério Público essa alteração e teve a
3 negativa do doutor Ângelo. Dia 18 de setembro, foi exarado o Parecer PG-3154, que analisou
4 o recurso e apontou que o mesmo não pode ser reconhecido pelo Consu, não cabe recurso ao
5 Consu de uma norma aprovada pela CAD. A CAD tem sua competência, ela trata dos assuntos
6 de gestão de pessoal e ela aprovou a questão do ponto eletrônico, então não caberia um recurso
7 a uma norma da CAD ao Consu. É diferente de um outro caso que foi citado, em que houve um
8 recurso de uma decisão de um caso concreto da CAD ao Conselho Universitário. Quando há
9 uma decisão de um caso concreto, aí sim caberia um recurso, não é o caso aqui, porque é uma
10 norma. Dia 26 de setembro, o recurso dos representantes contra o ponto eletrônico é colocado
11 no Expediente do Consu. Dia 29 de setembro, houve convocação desta reunião extraordinária,
12 por um terço de seus membros, conforme artigo 29. Dia 5 de outubro, é elaborado um novo
13 parecer da Procuradoria, número 3453, que também está na pauta, que reitera o parecer anterior,
14 no sentido de que não é cabível recurso contra a deliberação normativa da CAD, e que
15 novamente, por isso, não deve ser colocado na Ordem do Dia. Fez um resumo dos
16 compromissos assumidos no Termo de Ajustamento de Conduta: o primeiro deles, o principal,
17 é efetivamente instalar e implantar terminais de pontos eletrônicos em todos os *campi* e
18 unidades até 30 de junho de 2024, tolerado um atraso de até seis meses, isto é, até 31 de
19 dezembro de 2024, desde que manifestada a prerrogativa até 31 de maio, observado o
20 cronograma de atividades e instalação apresentado pela Unicamp, aprovado pela CAD. Então,
21 o Ministério Público adotou integralmente o cronograma aprovado, e ainda o jogou dois meses
22 para frente. O segundo ponto é o aproveitamento dos 47 terminais já adquiridos, e observa que
23 houve vários questionamentos sobre isso no Inquérito. A parte de TI da Universidade se
24 manifestou e informou que esses equipamentos poderiam e serão utilizados na implantação do
25 ponto. O terceiro foi exigir que a Funcamp adote o ponto eletrônico até 31 de dezembro de 2024
26 para os funcionários que prestam serviço na Unicamp. O quarto é a possibilidade de
27 compensação da etapa do cronograma aprovado pela CAD com a seguinte. Então no
28 cronograma de implantação, não é o cronograma de aprovação da norma, que é a primeira etapa,
29 já a partir da segunda, terceira e quarta etapas, na parte de implantação, é possível haver algum
30 tipo de compensação, até porque há questões técnicas locais que podem variar e podem exigir
31 uma mudança de data. O promotor não se opôs a qualquer mudança nesse sentido. E o último
32 ponto é encaminhar ao MP até 1º de setembro de 2023 a norma de controle de ponto, o que já
33 foi feito. Esse TAC, assim como todos os outros que já foram celebrados pela Universidade,
34 prevê que o descumprimento das cláusulas gera uma multa de R\$1 mil por dia, e ele constituiu
35 um título executivo extrajudicial. Se não cumprido, o Ministério Público entra diretamente com
36 uma ação de execução contra a Universidade, é diferente de uma ação ordinária, de
37 conhecimento, onde se discute ainda a possibilidade ou não do direito. Nesse caso, já é uma
38 ação para executar. O TAC coloca vários considerandos, inclusive menciona esse histórico, de
39 a Universidade ter iniciado esse processo em 2019, que foi paralisado pela pandemia da Covid,
40 e de ser essa instalação uma antiga reivindicação do Ministério Público, visando o seu efetivo

1 controle. Apresenta o cronograma aprovado pela CAD, que findaria em 30 de abril de 2024,
2 com a adoção do ponto em todas as unidades de ensino, centros e núcleos. Na primeira etapa,
3 que seria para a Administração Central e alguns órgãos da Saúde, Caism, Cecom e
4 Gastrocentro, ele começa a ser implantado dia 1º de outubro de 2023 e tem de ser finalizado em
5 29 de fevereiro de 2024. A etapa 3 se inicia em 1º de janeiro e vai até 30 de abril de 2024, com
6 a implantação nos órgãos da Administração Central e nas demais áreas da Saúde, HC,
7 Hemocentro e demais órgãos. E a última etapa começa dia 1º de abril e vai até 30 de junho de
8 2024, nas unidades de ensino e pesquisa, centros e núcleos. Essa implantação ainda pode sofrer
9 algum ajuste, sendo que, se for atrasar além do dia 30 de junho, até 31 de maio tem que pedir
10 uma prorrogação ao Ministério Público justificadamente. Precisa justificar esse pedido de
11 prorrogação, e se ele concordar, terão a prorrogação, sendo que o *deadline* é 31 de dezembro
12 de 2024, esse prazo é inegociável. Fez também um resumo da Deliberação CAD-A-10/2023,
13 aprovada na última sessão: ela estabeleceu a possibilidade de flexibilização do horário de
14 trabalho, dando bastante autonomia na gestão de cada local de trabalho, porque ela permite que,
15 desde que cumprida a jornada de trabalho do servidor, ele possa entrar ou sair entre 7h e 19h.
16 Previu também três sistemas de registro de ponto, dispensou o registro de intervalo entre a
17 jornada, aquela pausa durante o expediente, dispensou o registro de ponto (com justificativa no
18 sistema) para o servidor que cumprir integralmente a jornada de trabalho em um local distinto
19 do seu local de trabalho, autorizou o banco de horas e dispensou algumas categorias do registro
20 de ponto, como docentes, procuradores, servidores que recebem GR dos grupos 1 a 9. Essa
21 dispensa não é aleatória, mas ocorre porque essa pessoa está o tempo inteiro à disposição do
22 empregador, então não é um benefício, na verdade ela é demandada o tempo inteiro, ela não
23 recebe hora extra, não compensa horas, e está à disposição, à noite, ou mais cedo. Precisa haver
24 uma justificativa para essa dispensa, ela não pode ser uma simples escolha, ela tem de ser
25 justificada. Resume também a questão do ponto eletrônico na Administração Pública: é
26 importante assinalar que a Universidade não está decidindo aqui, ou a CAD não decidiu, sobre
27 a existência ou não de controle de ponto dos seus servidores, isso sempre existiu por força de
28 lei, tanto na CLT, que estabelece que todo o empregador que tem mais de 20 empregados é
29 obrigado a fazer o controle de ponto dos seus funcionários. Mesma coisa na lei 10.261, Estatuto
30 dos Servidores do Estado São Paulo, lei que se aplica subsidiariamente para a Unicamp, que
31 também prevê a necessidade da obrigatoriedade do registro de ponto, assim como o Esunicamp,
32 então é algo que já existe. O que está sendo alterado agora é a forma desse registro de ponto,
33 que passa do manual para o eletrônico, observando que o ponto eletrônico já é muito
34 disseminado, é uma medida que atende melhor aos princípios da eficiência e da transparência.
35 Ele é uma ferramenta de gestão, de controle e de proteção para o trabalhador muito melhor, não
36 está aumentando a jornada de trabalho do trabalhador, ao contrário, ele está registrando o que
37 efetivamente trabalhou e se trabalhou a mais, ele vai para o banco de horas ou vai receber hora
38 extra. Então é uma garantia para o trabalhador, de registrar exatamente o quanto trabalhou, para
39 não ser explorado. Alguns exemplos de órgãos públicos que adotam ponto eletrônico são a USP,
40 alguns *campi* da Unesp, várias universidades federais, como a UFRJ, UnB, UFRGS, o Tribunal

1 de Justiça de Estado de São Paulo, o Ministério Público do Estado de São Paulo, a
2 Administração Direta do Estado de São Paulo, dentre outros. No Estado de São Paulo, a
3 Administração Direta se vale do Decreto Estadual 52.054, de 2007; esse decreto estadual não
4 se aplica diretamente para a Universidade, ele é uma sinalização. Pela autonomia universitária,
5 a Unicamp está disciplinando o ponto eletrônico aqui dentro, através da deliberação CAD. Se
6 ela não fizer isso, o poder judiciário vai colocar que a Universidade precisa adotar o ponto
7 eletrônico, mas como ela não tem normativa sobre isso, vai aplicar o decreto estadual, que é o
8 mais próximo de legislação aplicável, já que a Universidade é uma autarquia de regime especial
9 do Estado de São Paulo. O decreto estadual é muito mais rígido do que a deliberação CAD; por
10 exemplo, ele exige que as ausências temporárias e o intervalo de horário de intervalo para
11 alimentação e descanso sejam marcados no ponto. Se levassem isso ao Judiciário,
12 provavelmente teriam de fazer esse tipo de marcação aqui dentro também. Várias decisões do
13 STF já são no sentido de que a autonomia universitária não se confunde com soberania. Cita,
14 especificamente, um julgado do Ministro Alexandre de Moraes, bastante recente, do dia 5 de
15 setembro do ano passado, um recurso extraordinário que foi interposto pela Universidade
16 Federal Rural do Rio de Janeiro contra uma decisão do Tribunal Regional Federal que
17 determinou que eles aplicassem o ponto eletrônico. Eles recorreram ao STF possivelmente para
18 discutir se isso não está ferindo autonomia universitária, porque uma matéria para subir para o
19 Supremo tem de ser uma matéria constitucional. Então, o que caberia discutir aqui é autonomia
20 universitária, que está no artigo 207 da Constituição Federal. O ministro diz que não cabe essa
21 discussão: “O acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência consolidada desta
22 Suprema Corte no sentido de que a autonomia universitária prevista no artigo 207 da
23 Constituição Federal não importa soberania, de forma que as universidades devem obediência
24 às leis e aos atos normativos. Acresça-se que o Tribunal de origem, à luz da legislação ordinária
25 aplicável à espécie, decidiu que as universidades devem obediência às leis e atos normativos,
26 de modo que o registro de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos da UFRRJ deve
27 ser realizado mediante controle eletrônico de ponto”. A UFRRJ não adotou o ponto eletrônico,
28 o Ministério Público Federal judicializou e, por falta de normativa interna, mandou aplicar o
29 decreto federal, que não se aplica para a Unicamp. Provavelmente, se judicializarem aqui o
30 assunto, vai ser demandada a aplicação do decreto estadual e a Unicamp vai perder a autonomia
31 que tem para esse assunto, que é a de disciplinar internamente como ele vai ser adotado, que é
32 o que foi feito na CAD. Vai perder essa oportunidade de disciplinar o assunto internamente,
33 isso vai passar para o Judiciário, e o precedente é que ele determina a aplicação de decretos que
34 se aplicam às universidades, no caso da universidade federal o decreto federal, no caso da
35 universidade estadual, provavelmente será o decreto estadual, que é mais rígido. O
36 MAGNÍFICO REITOR diz que foram prestados os esclarecimentos, e deixa claro que todos os
37 documentos nos quais a doutora Fernanda se baseou estão anexados à documentação desta
38 reunião. Todos os conselheiros tiveram acesso a esses documentos e puderam analisar;
39 obviamente sempre há uma margem de interpretação, mas não deixaram nenhum documento
40 de fora, colocaram todo o histórico desse assunto aqui dentro da Unicamp, e inclusive passaram

1 por vários períodos sem nenhuma ação externa. Foram colocados diante desse problema, um
2 GT já tinha proposto isso na gestão anterior, mas foram acionados externamente, e estão lidando
3 com isso da forma que consideram melhor para preservar os direitos das pessoas. Podem
4 interpretar a judicialização, se isso vai ocorrer ou não, e observa que possuem experiências
5 negativas com as judicializações, normalmente perderam esses casos. O Conselheiro
6 MATHEUS ALVES ALBINO agradece os esclarecimentos da doutora Fernanda e pede para
7 imaginarem um cenário hipotético, uma deliberação CAD que decida que as cadeiras dos
8 membros da CAD e da Procuradoria Geral no Consu devem ser da cor azul e todos os votantes
9 da Câmara votam a favor. O Ministério Público diz que tudo bem, desde que a Universidade
10 tenha responsabilidade e que isso não fira a autonomia, porque, de fato, não criou nenhum
11 benefício, privilégio a ninguém. Dentro das regras, os membros da Cepe, que também gostam
12 de azul, decidem entrar com recurso no Conselho Universitário. Eles juntam um terço dos
13 membros que concordam em rediscutir a cor das cadeiras, e a Procuradoria Geral, com
14 embasamento, opina que não cabe, porque os Estatutos não estabelecem nada sobre a cor da
15 cadeira e que isso é uma decisão administrativa e leva o parecer ao Reitor. O artigo 83, inciso
16 I, letra *i*, do Regimento Geral da Unicamp estabelece que o Conselho Universitário pode, por
17 proposta de um terço de seus membros, avocar a decisão sobre qualquer assunto de interesse
18 relevante incluído na competência das demais instâncias da Universidade. O artigo 83, inciso
19 I, letra *t*, define que o plenário tem obrigação de deliberar sobre os casos omissos nos Estatutos,
20 e o artigo 83, inciso I, letra *s*, que ele deve julgar os recursos a ele interpostos. A Procuradoria
21 Geral opina pelo indeferimento do recurso, mas entende que devem discutir a admissibilidade
22 do recurso, que pode ou não vir a plenário. Faz justiça ao professor Marcelo Knobel porque ele
23 trouxe certa vez um recurso interposto contra uma deliberação CAD para plenário contra a sua
24 vontade pessoal, fez isso com parecer assinado pela Procuradora Subchefe, a doutora Fernanda
25 à época, pela admissibilidade do recurso, e que o Conselho teria soberania nisso. A doutora
26 Fernanda disse na apresentação que os casos anteriores são concretos, mas acha que isso pode
27 ser discutido, porque não foi isso que foi votado pelo Consu, e sim o recurso contra uma
28 deliberação CAD. Votaram a favor do recurso alguns membros, entre eles Antonio José de
29 Almeida Meirelles, Fernando Antonio Coelho, Rachel Meneguello, Paulo César Montagner,
30 entre outros, inclusive ele. Acha que ao evitar esse tipo de discussão da redação propriamente
31 dita da deliberação CAD, acabam perdendo muito, principalmente sobre como enquadrar, por
32 exemplo, a carreira dos pesquisadores ou ainda sobre o grau de liberdade que cada unidade terá
33 para flexibilizar as normas. Outra coisa que não foi discutida na deliberação CAD é como será
34 o controle de frequência de quem está dispensado do ponto eletrônico. Acha que o controle de
35 frequência precisaria ser mais bem delimitado nessas circunstâncias; acha um erro, porque do
36 ponto de vista de fiscalização e controle é muito ruim que não debatam as cláusulas da
37 deliberação CAD. Observa que ela se preocupa em implementar o ponto eletrônico em uma
38 fundação de direito privado, mas ela não diz o enquadramento dos pesquisadores. Um dos
39 pontos que levanta é que a representação dos servidores na CAD estava em desconformidade
40 com a lei. Então, como diz o ministro Alexandre de Moraes, autonomia não é soberania, as

1 universidades precisam dar obediência às leis. Confia muito neste espaço, se não confiasse, não
2 traria tantas propostas, e também aproveita a oportunidade para dizer que vai encaminhar para
3 a Secretaria Geral uma proposta para permitir aos estudantes do ProFIS e dos cursos superiores
4 de tecnologia a votarem e serem votados para a representação discente. Porque um aluno do
5 ProFIS foi impedido de ser votado para a representação discente, e quando não concordam com
6 a norma ou com o parecer da PG, fazem proposta e trazem para cá e discutem francamente.
7 Respeita tanto o Consu que vem aqui e traz as demandas. A Conselheira AASHA HAFA
8 MACÊDO FERREIRA saúda os estudantes grevistas e principalmente a população trans da
9 Universidade, que vem tendo um protagonismo gigantesco e fazendo história. Escutou que em
10 algumas periferias e alguns locais esta greve está chegando como “a greve das cotas trans”.
11 Acha que é um nome de muita honra, pois para a população existe esse elemento, que os
12 estudantes trans estão fazendo a greve para poder ter os seus corpos dentro desta Universidade.
13 Há muitos estudantes assistindo à reunião do Consu de hoje, o que é raro, mas hoje é um dia
14 excepcional, estão em uma greve, estão debatendo o ponto eletrônico, debatendo essas
15 mobilizações que estão acontecendo e com certeza há muitos estudantes os assistindo, com
16 apreensão, querendo saber quais são os próximos passos. Também saúda a presença e o
17 interesse de todos os professores em ouvir e entender que estão do lado certo, e que a greve
18 precisa ser fortalecida para que tenham uma força real de negociar, tenham condições para
19 poder negociar e dialogar com a Reitoria, como estrutura de poder. Já foi mencionado que a
20 Reitoria tem um poder desigual e a greve é a forma de conseguir igualar esse poder, por isso
21 convoca os professores a entrarem nessa greve, para unir a comunidade, em uma luta que não
22 é contra a Reitoria. Essa luta não é contra a Reitoria em si; é claro que hoje a Reitoria tem
23 posicionamentos dos quais os estudantes discordam, mas esperam que a Reitoria esteja junto
24 nas deficiências e violências estruturais enraizadas no Brasil, não só na Unicamp. Há várias
25 violências, vários problemas que continuam a existir e que vão resolver com as demandas da
26 greve, ouvir os estudantes, colocar as posições que estão defendendo para serem implementadas
27 de fato. Se tiverem isso muito claro, se tiverem seriedade e intransigência para qualquer
28 injustiça, acha que este Consu vai ser um divisor de águas para o movimento estudantil, para
29 os movimentos do STU, para os movimentos sociais como Núcleo de Consciência Trans –
30 NCT, Núcleo de Consciência Negra – NCN e todas as organizações que estão lutando
31 bravamente, e para a própria Reitoria. Todos aqueles que fazem parte desta Universidade vão
32 entender que as formas de resolver a situação de crise, pois mais de uma vez colocaram que a
33 Unicamp vive uma situação de crise, em um certo sentido, passam por fortalecer a Universidade
34 por uma via popular. Vão resolver a crise ouvindo o STU, a APG, o DCE, o NCT, o NCN, as
35 organizações, e isso é importante ter claro. Sua primeira fala foi realmente muito carregada,
36 estava com um pouco de raiva, mas explica que ouviu muitas posições que estavam totalmente
37 descoladas da realidade. Sentiu que tocaram em assuntos aqui que não deveriam ter sido tocados
38 e sentiu a necessidade de cobrar justiça, de cobrar coerência. Nesse sentido, sempre que isso
39 acontecer, vai falar desse jeito, essa vai ser a forma que vai ter de se colocar, porque inclusive
40 as pessoas não escutam, elas demoram muito tempo para ouvir, principalmente quando a pessoa

1 é trans preta. Precisam entender que o que está acontecendo aqui neste Conselho não está
2 isolado da realidade, lembrar o que está acontecendo no país e entender que estão aqui dando
3 exemplo para um Brasil que elegeu um congresso e um senado reacionários, que estão atacando
4 direitos das pessoas trans, que estão silenciando esse povo. Recorda do caso da CPI do MST,
5 em que um grupo de reacionários decidiu fazer uma CPI para criminalizar o Movimento,
6 colocou o MST lá para fazer fala, para colocar em alguns espaços o que realmente acreditava,
7 e foi uma CPI fracassada para o lado da direita, que só fortaleceu os movimentos populares.
8 Sente que o que está acontecendo aqui traz muitos elementos disso, sente que repete essas
9 coisas, porque enquanto ouvirem a Reitoria ter uma posição que se aproxima ou mesmo
10 criminaliza os movimentos estudantis, os movimentos sociais, vai ser muito difícil mudar de
11 postura, até porque ainda hoje existe uma tentativa de alguns setores, de alguns elementos da
12 Universidade de querer perseguir os estudantes. Não querem perseguição, têm medo, sentem-
13 se incomodados com a possibilidade de sair da Universidade, não querem que a Reitoria
14 propague esse discurso, inclusive acha que é interessante que a Reitoria comece a colocar uma
15 visão contrária, pois se querem realmente dialogar, precisam dialogar de fato. A professora
16 Anna falou muito bem que não são os docentes os inimigos, e na sua opinião pessoal, nem o
17 Reitor necessariamente é o inimigo, obviamente. Estão aqui fazendo esforço para que as coisas
18 mudem, pois algumas pessoas têm posições que muitas vezes acabam dificultando o lado dos
19 estudantes, que pioram a vida dos estudantes. Pergunta como vão poder debater essa burocracia
20 e como conseguir acelerar o tempo da Universidade. Querem a Reitoria e a Universidade inteira
21 ao lado do movimento estudantil, porque todes, inclusive o STU, a Reitoria, apesar de discordar
22 dos métodos, desejam uma Universidade melhor, que represente melhor as necessidades do
23 povo em termos de produção de ciência e conhecimento. Têm certeza em relação a isso, mas se
24 não for assim, não há o que dialogar. Se existe essa compreensão, podem estar do mesmo lado,
25 mas para isso a Reitoria tem de sair de um lado que ainda não entendeu perfeitamente as pautas
26 e vir para o lado dos estudantes, que já estão fazendo a mesa de negociação. Esperam que ela
27 traga bons frutos, esperam conseguir conquistar o que querem enquanto estudantes. Observa
28 que o Reitor tem de responder para o Ministério Público, para os tribunais, obviamente, e
29 também ao Governador, entende que a Reitoria se encontra nessa posição, mas enquanto
30 estudantes, por mais que façam todo esforço necessário para colocar a Reitoria e todos os
31 setores do lado das cotas trans, que é o lado das demandas da greve, não podem e não
32 conseguem de forma alguma conciliar com o governo de miliciano e fascistas do governador
33 Tarcísio. E se essa greve está sendo uma dificuldade para conseguir conversar com esse tipo de
34 governo e com esse tipo de gestão que desrespeita o povo trabalhador, então espera que a
35 pressão sirva para a Alesp mesmo. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que a
36 apresentação da doutora Fernanda foi elucidativa, é uma demonstração cabal de que a
37 Administração abriu mão da autonomia. Pergunta por que e qual é a lei; dizer que é uma
38 reivindicação antiga do Ministério Público, receber um ofício e a Universidade implantar é
39 porque ela defende isso. Não havia necessidade, poderiam debater esse tema com o Ministério
40 Público, porque isso não é a lógica depois da pandemia, da modernidade do controle de

1 frequência. A Universidade tem diversos tipos de frequências, diversos tipos de horários, então
 2 isso é uma demonstração cabal de abrir mão da autonomia da Universidade, inclusive era por
 3 isso o desespero do Reitor de cumprir a data, porque tinha prazo de 06 de setembro com o
 4 Ministério Público. A Unesp tem ponto eletrônico em alguns *campi*, em Botucatu, por exemplo;
 5 o *campus* de Jaboticabal tinha, mas desligou no dia 1º de outubro. Isso é a autonomia da
 6 Universidade, fazer o que quiser com a frequência. Então, faltou negociação, faltou diálogo, e
 7 espera que ainda tenha, porque podem prorrogar, podem pedir para rever o cronograma até
 8 maio do ano que vem, podem alterar o cronograma, rediscutir qualquer coisa com o Ministério
 9 Público. É óbvio que ele não quer falar com o sindicato, por isso que ele não foi até lá, e sim
 10 com a Reitoria. Cita a docente da USP Nina Ranieri, que trata da questão da autonomia e com
 11 a qual tem divergência, porque ela defende que as universidades devem atender à lei de
 12 responsabilidade fiscal. Diz que é contrário a isso, não acham que precisam atender à lei de
 13 responsabilidade fiscal, porque a autonomia das três universidades estaduais paulistas, como já
 14 disseram os professores Belluzzo e Mazzucchelli, não existe em nenhum lugar do mundo.
 15 Defende que haja autonomia orçamentária também. Então, qualquer coisa que venha a diminuir
 16 a autonomia da Universidade é um prejuízo para o seu funcionamento, na sua opinião. Pensa
 17 que devem buscar o entendimento, mas que foi, de fato, uma demonstração cabal de abrir mão
 18 da autonomia, poderia ter sido diferente com esse cronograma. Devem buscar a negociação, o
 19 diálogo, mas esse cronograma tem de ser alterado, por isso solicitaram a suspensão de seis
 20 meses, já no dia 13. Diz que está prevista no TAC a suspensão, mas ela não foi aceita pela
 21 Administração; acha que é possível e precisa haver essa negociação suspendendo esses seis
 22 meses. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO diz que faltou diálogo, como todos já
 23 sabem, por várias razões. Uma das falas que o contempla muito é quando os técnico-
 24 administrativos colocam que a Unicamp é a segunda melhor universidade da América Latina
 25 sem o ponto eletrônico, é uma universidade de ponta etc. De outro lado, a professora Anna falou
 26 sobre o fato de que essa negociação deveria ter sido feita entre Reitoria e sindicatos. A
 27 professora Silvia colocou também um pouco disso, as tentativas que foram feitas, e aqui estão
 28 discutindo, conversando, tentando encontrar caminhos. E há um terceiro ator nessa história que
 29 é o Ministério Público, então a situação que se colocou aqui, seja ou não na linha do que o
 30 senhor José Luis acabou de falar, tem de ser encaminhada da melhor forma possível. A questão
 31 que está colocada é como responder ao Ministério Público, promover a implantação dessa outra
 32 forma de controle do trabalho, sem que percam a natureza de Universidade que conseguiu se
 33 colocar na posição que se colocou sem a necessidade desse tipo de controle de trabalho. Alguns
 34 elementos foram citados nesses meses, alguns deles estão especificados nos comunicados da
 35 Reitoria, houve uma série de avanços que colocam o tema em um patamar diferente do que foi
 36 colocado antes. Um deles é a questão de que o controle seja só na entrada e na saída, que não
 37 seja registrado o horário de almoço. Pensa na questão sindical, na questão das assembleias,
 38 porque o movimento sindical funciona muito a partir dessas assembleias, desses momentos em
 39 que o trabalho é paralisado para que os companheiros e companheiras promovam uma decisão
 40 coletiva. Pensa que esse elemento de que o controle seja feito na entrada e na saída preserva

essa possibilidade. Precisam tentar, por um lado, fazer com que as questões que já estão indicadas pela Reitoria nos seus comunicados possam se tornar uma matéria concreta, seja em uma deliberação CAD, seja no acordo coletivo, e o ideal seria que houvesse um acordo coletivo que precedesse a deliberação na sequência. Por outro lado, também pode estar acontecendo uma situação em que há uma insegurança do lado dos técnico-administrativos a respeito disso, se está ou não estabelecido como um compromisso normativo da Universidade. Acha que existe um nó que precisa ser desatado, mas não precisam necessariamente entrar em confronto com o que já foi acordado com o Ministério Público anteriormente. Podem modificar, alterar o próprio cronograma que foi aprovado, no sentido de que o processo de implantação se inicie nas unidades em uma relação muito mais próxima com as chefias, com diretores de unidades de ensino, com as diretorias dos hospitais etc., de modo que possam começar a trabalhar mais nas similitudes do que vai ser tratado e eventualmente alterado. O objetivo é alterar o mínimo possível as relações de trabalho na Universidade, esse deve ser um princípio para a negociação e que depois possam trabalhar nas diferenças, nas especificidades. Acha que seria muito importante uma parte do diálogo com os sindicatos, incluindo a ADunicamp, STU, eventualmente com os próprios estudantes, que estão em uma mobilização nesse sentido, mas que envolva também uma espécie de comissão de acompanhamento desse processo, que não se reduza apenas ao GT. Há pessoas que entendem disso, no Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho –Cesit, por exemplo, e em outras unidades de pesquisa. Acha que as críticas à composição do GT são fundadas, então pergunta como podem pensar em algum outro tipo de acompanhamento em que haja uma transparência maior nos processos. Isso é muito importante e espera que caminhem nesse sentido. O Conselheiro CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN diz que a fala do professor Wagner contempla em todos os aspectos o que queria dizer e acrescenta que precisam de uma escuta profissional dos funcionários, o que talvez pudesse ser feito com um suporte da DGRH. O conselheiro Matheus falou em um determinado momento que precisaria haver uma prospecção de quais são as expectativas dos funcionários e quais as informações que faltam para eles para poderem entender o que está acontecendo. Precisam ser ouvidas as demandas, porque já na minuta aprovada na CAD havia várias questões que foram elaboradas a partir das escutas. Então precisa haver uma escuta profissional ampla dos funcionários na Universidade. O Professor PAULO CÉSAR MONTAGNER agradece à doutora Ângela e à equipe da Secretaria Geral, com quem conversou esta semana sobre a instrução da pauta. Todos diziam que não tinham visto os documentos, então hoje trouxeram uma pauta com muitos documentos, estão todos aqui, inclusive acha que esta pauta ficará para a história da Universidade, pois encontraram documentos sobre o assunto de gestões anteriores aos anos de 1990. Agradece à doutora Fernanda e discorda um pouco do senhor José Luis; acha que a doutora Fernanda foi técnica na sua apresentação. A autonomia universitária já foi tema de muitos seminários, produções científicas, há inúmeros textos e seminários históricos sobre isso. Ela está na Constituição Federal, como a doutora Fernanda disse, no artigo 207, que fala em autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, respeitando sempre o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O que

acontece nas universidades paulistas é uma coisa muito valiosa, os 9,57% do ICMS, e nesse momento há uma disputa grande sobre isso por conta da reforma tributária. O Cruesp já tem se reunido, hoje um grupo de técnicos e docentes esteve lá para discutir esse assunto, o Fórum das Seis tem discutido, é tema de reunião entre o Fórum e o Cruesp também, portanto é preocupação de todos. Dessa forma, julga que todas as falas aqui têm grande preocupação com isso, podendo ter até interpretações diferentes. Como a própria doutora Fernanda disse, na jurisprudência do STF o princípio da autonomia não significa soberania, então a autonomia universitária precisa respeitar as leis, ela não é absoluta, devendo também respeitar os limites das normas e os princípios constitucionais que a regem. Fala isso porque não tiveram grande avanço sobre o ponto eletrônico nas reuniões com o sindicato, não tiveram consenso e nem avanços, mas espera que consigam. Diz que aprecia as propostas que apareceram, que os professores Wagner e César sintetizaram, e também não vê muito problema em agregar esses indicativos aos documentos. Lembra alguns modelos históricos: tiveram dois ou três episódios em que a ideia da autonomia lhes parecia tranquila e tiveram dificuldades. Um deles foi o das incorporações de GRs: em 1996, foi promulgada uma lei complementar do Estado que mudava a forma de incorporação, chegando a esse padrão de 1/10 por ano. E as universidades paulistas continuaram fazendo a incorporação com cinco anos, muitos aqui tiveram esse perfil de incorporação, como é o caso dele, e depois em 2007, as universidades resolveram adotar a lei de 1996 e pararam com isso. Mas quando chegou em 2014, 2015, o Tribunal de Contas começou a glosar as aposentadorias de muitos dos colegas, com isso muitos ficaram sem aquela gratificação, das quais se sentiam possuidores – e eram, porque a lei dizia isso –, e entraram na Justiça, mas o resultado não tem sido muito satisfatório. No modelo de cinco anos, a pessoa ganhava, no último ano, a GR recebida de maior valor, e muitas pessoas fizeram a sua contabilidade familiar com base nisso, sobretudo após a aposentadoria, e acabaram perdendo na Justiça. Então esse é um fato que não podem esquecer. Em fevereiro de 2020, a Unicamp toma a decisão de corrigir isso para as pessoas da ativa também, o que é uma posição correta, mas que gerou perdas de valores para muitos. Há certas circunstâncias em que vão para um caminho, mas o caso acaba tomando um outro caminho jurídico. Lembra um outro assunto, que é a forma de fazer concurso público na Parte Especial – PE, para depois de seis anos fazer outros concursos. Também não houve avanço, isso foi motivo de um TAC por volta de 2010, e a Universidade então decidiu fazer concurso na Parte Permanente de forma direta, e se estabeleceu na ocasião o probatório. Faziam concursos como PE muito rigorosos, chegou a participar de concurso que tinha 30 candidatos para uma vaga, e essa pessoa sabia que depois de três anos teria de apresentar um relatório, às vezes até em dois anos, dependendo do regime da unidade, e depois de seis anos ela teria de fazer um novo concurso. Felizmente ou não, o TAC resolveu esse problema, e a Universidade passou a ter um outro regime de trabalho. O professor Odilon foi o último caso na Faculdade da Educação Física a fazer isso. Eram concursos muito difíceis, as pessoas passavam duas vezes por concurso, e a Unicamp era o único lugar do país que fazia isso, um concurso público que não era concurso público. A última questão que vale a pena lembrar é a do teto salarial: em 2013, 2014 já havia uma pressão maior na Universidade em relação a esse assunto, pois estavam

presos ao teto do estado, o Governador não reajustava o seu salário, havia reajustes salariais na Universidade e pessoas foram ficando no teto, até que em um momento aquilo afogou muita gente da Universidade. Alguns diziam “teto Cruesp”, mas ele não era um teto salarial de lei, era um teto de referência financeira para as Universidades, porém nunca foi uma lei. Em 2018, a aplicabilidade da lei do teto afetou a todos, houve grandes cortes, e afetou sobretudo muitos funcionários antigos, com 50 anos de Universidade, que tinham salários acima do teto. Este ano, o Governador subiu o seu subsídio, saiu de R\$23 mil para R\$34 mil, uma conquista de muitas categorias, não só nas universidades, mas ainda é um teto muito baixo perto do teto federal, que rege os salários dos docentes das universidades federais. Se forem negar essa história e achar que a autonomia universitária é uma proteção para isso, talvez a questão do ponto eletrônico possa ser um problema. Agradece à pergunta do professor Flavio, porque se olharem um pouco da temporalidade, verão que votaram em 4 de outubro de 2022 a questão do teto salarial na CAD, e o acórdão do Supremo é de 5 de setembro de 2022. Podem imaginar a situação dos dirigentes, e como muitos já falaram aqui, inclusive elogia a fala da professora Anna nesse sentido, às vezes o dirigente tem de tomar decisões difíceis. Seria muito mais confortável deixar que o Ministério Público levasse a Unicamp à Justiça, não teriam grandes desgastes, mas optaram por ter o desgaste e tentar fazer um pouco daquilo que a doutora Fernanda comentou, fazer de uma forma que pudessem controlar. A disciplina da aplicação do ponto eletrônico paulista é mais dura que a federal, ela marca na entrada, na saída do almoço, na volta do almoço, à tarde, o tempo de tolerância para atraso não é esse, não existe flexibilidade para quem tem filhos em creche, para buscar filhos na escola, absolutamente nada disso. Então as opções foram para tentar proteger os servidores, ainda que alguns digam que não, porque era muito mais fácil deixar ir para a Justiça. Sabendo que a jurisprudência permitia pouco movimento e uma chance pequena, acha que fazendo dessa forma teriam maior chance de contribuir com a comunidade; não obstante, há uma série de outras argumentações. Então esses são os pressupostos, lembrou de três casos mas seguramente deve haver muitos outros, porque a autonomia é recente, de 1989, e acha que sabendo um pouco da história seria muito arriscado correr o risco de deixar ir para a Justiça. O MAGNÍFICO REITOR diz que solicitou as falas da doutora Fernanda e do professor César para relatar um pouco aquilo que passaram ao longo do tempo pensando sobre esse assunto. Obviamente existem interpretações alternativas possíveis, mas o parecer do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, se refere a um caso específico de universidade, não é outro tipo de instituição pública, é a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que também é uma universidade de bastante destaque, e que talvez tenha uma produção científica significativa, sem ponto eletrônico também. Não é essa questão, não estão discutindo mérito, se isso serve ou não, essa foi uma decisão bastante contundente e afirmativa. Considerando essa história, considerando também o teor de emissão desse parecer, a interpretação de autonomia é um pouco diferente. Podem fazer a interpretação que quiserem, mas a interpretação definitiva é a da Justiça, e em questões constitucionais, por mais que interpretem diferentemente, o Supremo Tribunal Federal é o guardião da Constituição. Estão presenciando isso agora em torno de outros eventos, é ele que estabelece qual é a fronteira

1 constitucional da interpretação das leis. Existe, portanto, uma história que fundamenta a
 2 questão, e a outra parte da história, que é um decreto estadual, mais rígido que o decreto federal,
 3 então é baseada nisso sua interpretação. É óbvio que é uma interpretação, mas ela tem uma base
 4 jurídica, o que é necessário para gerar uma outra interpretação, porque senão começam a achar
 5 que toda a interpretação é possível, ela não precisa ter base factual, ela é possível porque a
 6 interpretam desse jeito. No entanto, é preciso ver quem são os atores que interpretam, quem são
 7 os atores que decidem a regulação do serviço público, e esses atores não são as universidades.
 8 É o Supremo que decide a interpretação da Constituição, são decretos ou leis federais ou
 9 estaduais que definem as regras do jogo e que definem também de alguma forma, no caso do
 10 Supremo, a interpretação do significado da autonomia. Politicamente, o ônus seria muito menor
 11 se tivessem deixado o problema na ação do Supremo Tribunal Federal. Observa que não tem
 12 sido incoerente ao longo do tempo, e agradece a fala da professora Anna, porque as posições
 13 de gestão possuem bônus e ônus, e precisam assumir isso. Então teriam a opção de deixar o
 14 Ministério Público entrar com uma ação judicial, talvez até passasse a sua gestão e isso fosse
 15 estourar na mão de outro Reitor, mas o resultado seria provavelmente algo negativo para o
 16 servidor, que ia ter regulado seu horário de almoço, assim como outras saídas. Na sua
 17 interpretação, na verdade isso sim seria abandonar a autonomia, deixar os funcionários nas
 18 mãos de um processo judicial sobre o qual a Universidade não tem controle. Desde que
 19 definiram a autonomia, trouxeram parte significativa dos conflitos para dentro; podem
 20 administrar o orçamento, a Instituição é uma das poucas no estado e no país cuja definição do
 21 reajuste não passa pela Assembleia Legislativa. Já houve mais de uma polêmica em relação a
 22 isso, o Tribunal de Contas do Estado entrou na justiça mais de uma vez, mas até o momento a
 23 Universidade vem ganhando. Entretanto, os salários dos servidores públicos têm de ser
 24 homologados pela Assembleia Legislativa. Entrar em uma disputa dessa, na sua avaliação, é
 25 colocar em jogo a autonomia, porque significa dizer que foram incapazes de gerir o problema
 26 de uma legislação que tem de ser aplicada. Então, foram essas duas decisões que definiram a
 27 ação sobre o assunto ao longo do tempo: primeira, a avaliação de que assim possuem condições
 28 de interferir e fazer isso de forma que preserve o máximo possível o direito dos servidores;
 29 segunda, assumir a responsabilidade que a autonomia coloca nas mãos da Universidade e
 30 mostrar que são capazes de gerar isso. O conselheiro Matheus explorou alguma eventual
 31 contradição da equipe da Reitoria quando eram membros da bancada do Consu, então está
 32 justificando aqui as atitudes e justifica também que foram levados a isso por uma decisão do
 33 Ministério Público. A documentação da pauta mostra que a discussão do controle de jornada
 34 existe desde a década de 1990, em uma decisão de 1991. Foi feito um GT por iniciativa da
 35 gestão anterior, sem nenhuma motivação externa, e agora isso é esquecido. Então, precisam
 36 pensar nessas contradições que também ocorreram sem nenhuma ação externa. É muito acusado
 37 de ter sido autoritário, de não ter feito essas discussões, mas observa que existe um problema
 38 sério de informação na Universidade, e não é só um problema da Administração. A única
 39 congregação em que foi convidado para discutir foi a do IEL, a convite do professor Petrilson,
 40 na época da decisão da CAD. Pergunta por que não se discutiu nas congregações, nas instâncias

1 da Universidade, não havia nenhum impedimento para isso. Um ano depois a questão não foi
2 discutida, é um assunto delicado, que traz desgaste para as pessoas, mas pergunta como vão
3 fazer a gestão da Universidade se não forem capazes de enfrentar esse desgaste. Relata que já
4 ouviu de reitores de outras universidades que eles estavam aliviados por não gerenciarem a
5 parte do orçamento salarial, mas ele, por sua vez, fica contente de gerenciá-lo e deseja manter
6 assim. Diz que isso traz conflito, porque precisa negociar se o salário vai ser só reajustar a
7 inflação ou não, e no caso deste ano foi de 2,5% a mais. Agora precisam decidir se vai ter abono
8 ou não. Essas demandas não caem na mão do Governador nem na mão do Presidente da
9 República, elas caem aqui. Não está querendo se privar dessas decisões, mas não é possível
10 querer só decidir as coisas que preservam os direitos e não aquelas que são difíceis de discutir.
11 Isso passa pelas responsabilidades que possuem, não tem jeito. Fica contente, tiveram uma
12 ótima discussão aqui, mas essa discussão também tem custo. Deseja que os conselheiros
13 assumam essa perspectiva de que são gestores desta Universidade, e ser gestor tem isso.
14 Poderiam ter feito desde outubro do ano passado mais de uma discussão, mas ressalta que só
15 foi convidado para ir a uma congregação para discutir esses assuntos, nenhuma outra. Então
16 não é falta de vontade de discutir, e a mesma posição que tem hoje é a que tinha naquela época,
17 e a defendeu aqui, à luz desse conjunto de evidências jurídicas e de batalhas judiciais prévias.
18 Politicamente a melhor coisa seria deixar esse negócio correr, mas tem dificuldade de fazer
19 isso; toda vez que discutem essas coisas difíceis aqui, quer compartilhar. Pode-se tomar
20 decisões diferentes em várias instâncias, mas não podem deixar que essas decisões sejam
21 tomadas na zona da penumbra, aquela situação em que a pessoa sempre ganha. Ela ganha
22 porque foi contra, e se der um resultado ruim, ela não paga preço nenhum; discorda disso.
23 Instituição para ser madura tem de assumir as suas responsabilidades, até quando erra, porque
24 ela paga um preço e aprende. O que não pode é estar contra isso e se der errado lá na frente,
25 ninguém é mais culpado, a gestão é que é culpada. Na reunião de hoje, deixou a palavra correr,
26 e alguns conselheiros falaram 10, 12, 15 minutos. Se cortasse a palavra, seria considerado
27 autoritário; ficou esperando um momento em que alguém quisesse cortar, porque nesse caso
28 não teria sido ele a cortar a palavra. E outros podem reclamar que deixou correr tudo solto,
29 então o Reitor que está no exercício do poder é, em princípio, sempre culpado. Preferiu deixar
30 correr, que todos falassem à vontade, exerceram a democracia. Para finalizar, diz que considera
31 possível fechar o acordo coletivo e mudar a norma adaptando coisas que criem garantias
32 adicionais. Está aqui aberto a assumir esse compromisso publicamente. Fazer os dois talvez não
33 seja necessário, mas não o incomoda fazer os dois também, porque às vezes um movimento
34 sinaliza na possibilidade de fazer o outro. Coloca já como compromissos aqueles que estão nas
35 notas; aparentemente, pelo que foi consultado, não existiriam problemas de os compromissos
36 estarem em uma normativa. É possível discutir outras coisas, que não tem condições agora de
37 falar que vai aceitar, mas é possível conversar, sem problema. A fronteira da negociação está
38 em dois aspectos: a implantação e o início do calendário. Não tem disposição de adiar o início
39 do calendário, mas podem adiar o final da implantação por seis meses, em razão de dificuldades
40 técnicas, mas não para iniciar. Essa seriam as restrições que colocaria. Em relação à sequência

1 de unidades, quiseram trazer para as unidades próximas, onde a Administração tem mais
2 contato, pois desejam acompanhar isso de perto. Na verdade, isso é algo que permite melhor
3 defender os interesses dos servidores, por isso não quiseram começar pelas unidades de ensino.
4 Foi uma opção começar pela DGRH, DGA, pró-reitorias, estão aqui e sentem o pulsar disso o
5 tempo todo, tendo um espaço maior para ter contato com servidores, as reclamações eventuais
6 que chegarem podem ajustar, foi esse o objetivo, e acha que isso é prudente. Sabe que haverá
7 problemas, mas sua intenção é que implantem sem tirar direito das pessoas, e que isso esteja
8 próximo aqui da Administração Central para ela poder acompanhar. Incluíram o Caism porque
9 ele já tem uma certa experiência de controle, então há um pouco essa preocupação e essa história
10 prévia que justificam o motivo. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA
11 pergunta se quando o senhor Reitor se referiu a mudar a norma, seria pensando na deliberação
12 CAD, algo que ele propôs. O MAGNÍFICO REITOR diz que a ideia seria aquilo que o professor
13 Petrilson mencionou em sua fala, em que usou o termo “aditivo”. Seriam os elementos que
14 complementaríamos a norma; outros podem discutir, mas não consegue garantir previamente, e
15 também já mencionou quais são as fronteiras. Está chamando a responsabilidade do início desse
16 processo para a Administração Central, porque se colocar nas unidades e em outros locais,
17 estará de alguma forma compartilhando diretamente, e deseja que isso seja feito com o maior
18 cuidado possível. Ao longo da implantação, terão de eventualmente fazer um ou outro ajuste,
19 então isso vai estar mais próximo, vão poder acompanhar, a DGRH vai acompanhar de perto,
20 podendo gerar um processo de aprendizado que vá reduzindo conflitos e ruídos ao longo do
21 tempo. Se começarem pelas unidades, há mais diversidade, existirão intermediários nessa
22 conversa, vai haver um custo grande para os diretores. Prefere trazer esse custo para cá, e isso
23 faz parte um pouco do seu perfil também. Acha que é possível fazer isso bem feito e não está
24 com dificuldade de enfrentar essa batalha, com o compromisso de que aquilo possa ser
25 traduzido, em termos de notas. O limite que possuem é que não podem ter controle de ponto
26 via celular sem um acordo com o STU, no caso dos funcionários CLT. O banco de horas para
27 CLT é possível, se houver acordo individual. Se o STU não quiser fazer um acordo coletivo,
28 será criada uma plataforma, como foi feito no caso do restaurante em relação ao vale-refeição.
29 Foi criado o vale-refeição, mas deram aos funcionários a possibilidade de optar pelo não
30 recebimento, e em vez disso se alimentarem no restaurante subsidiado pela Universidade. Farão
31 isso também no caso do servidor CLT, se não houver acordo com STU, mas considera o acordo
32 mais positivo, porque na sua avaliação ele cria um piso de não perda de direitos para gestões
33 futuras. Entende a preocupação, então essa disposição também possui; mas se isso não for
34 possível, porque é algo que está fora do seu poder de decisão, vão criar uma plataforma em que
35 as pessoas façam a aderência. Se um CLT deseja o banco de horas, a questão vai ser regulada.
36 Aquilo que está em suas mãos e dentro de certos limites, estarão dispostos a negociar. Não tem
37 nada contra também que haja acompanhamento, participação dos diretores, seja na questão da
38 mudança do aditivo da norma, seja na questão do acordo coletivo. Prefere a transparência, e diz
39 isso com sinceridade; acha que uma das coisas que como instituição precisam amadurecer é o
40 seguinte: têm uma posição, essa posição tem uma consequência, e devem responder por ela.

1 Por isso às vezes é bastante incisivo e prefere nessas coisas que exista fronteira; pode estar
2 errado, porque o futuro tem um grau de incerteza, e às vezes é difícil até prever o passado,
3 quanto mais o futuro. Sabe que há muitos problemas em relação ao futuro, mas o ruim é o *free*
4 *rider*, aquela pessoa que está sempre pegando carona, está sempre do lado certo da história. Isso
5 não amadurece uma instituição, e as pessoas precisam ter posição clara, falar e ser capazes de
6 assumir o risco dessa posição, e no futuro verão quem estava certo. Tem uma parte de jogo
7 nisso. Fizeram uma avaliação clara de que o risco de não assinar o TAC era grande, fizeram
8 isso com base na apresentação da doutora Fernanda, que resumiu toda a história, com base
9 também na apreciação de outras batalhas jurídicas que enfrentaram. Entretanto, obviamente
10 isso não gerou em alguns setores uma postura muito amigável em relação à sua pessoa, mas é
11 parte da responsabilidade que tem nesse cargo. Nada mais havendo a tratar, declara encerrada
12 a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente
13 Ata e solicitei a Aline Marques da Costa que a digitasse para ser submetida à aprovação do
14 Conselho Universitário. Campinas, 10 de outubro de 2023.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na **185ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, realizada em 26 de março de 2024, sem alterações.*